

Joaquim Costa

O QUE É UMA UNIVERSIDADE CATÓLICA?

ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE O ENSINO DE ECONOMIA
E GESTÃO NA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



2014

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho, Braga / Portugal

© CECS 2014 Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

www.cecs.uminho.pt

Título *O que é uma Universidade Católica? Estudo sociológico sobre o ensino de Economia e Gestão na Universidade Católica Portuguesa*

Autor Joaquim Costa

ISBN 978-989-8600-24-0

Capa Imagem de DodgertonSkillhause, cedida por *morguefile.com*

Formato eBook, 73 páginas

Data de Publicação 2014, novembro

Editora CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho / Braga · Portugal

Director Moisés de Lemos Martins

Director-Adjunto Manuel Pinto

**Director Gráfico e
Edição Digital** Alberto Sá

**Assistente
Formatação Gráfica** Ricardina Magalhães



Universidade do Minho
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



LASICS
www.lasics.uminho.pt

ÍNDICE

Nota Prévia	5
-------------	---

Parte I

Capítulo 1 – O que é uma universidade católica?	7
Capítulo 2 – As escolas de Economia e Gestão da UCP	15
Capítulo 3 – Um estudo comparativo	18
Capítulo 4 – Os dados	23
Capítulo 5 – Para além dos planos de estudos	33

Parte II

Capítulo 6 – A ética e a espiritualidade do dinheiro	42
Capítulo 7 – Economia e Doutrina Social da Igreja	50
Capítulo 8 – O negócio de ensinar a negociar	56
Epílogo – Uma caricatura da secularização?	61
Bibliografia	62
Anexo	73

Prosseguindo o seu exame, descobriu neles tanta avareza e *cupidez de dinheiro, que o sangue humano, mesmo que fosse sangue cristão, e bem assim as coisas divinas, quaisquer que fossem – e quer se tratasse ou não do produto de sacrifícios ou benefícios – que tudo, enfim, ali se vendia ou se comprava a peso de ouro, dando lugar a maior comércio e corretagem do que em Paris o tráfico dos panos ou de qualquer outra coisa. A uma simonia patente dava-se o nome de «procuradoria» e à gula o de «refeição», como se Deus, ignorando já não digo o sentido das palavras mas a intenção dos espíritos perversos, se deixasse enganar, tal como os homens, pelos nomes das coisas.*

Boccaccio, ***Decameron***, Primeira Jornada, Segunda Novela
(Trad.: Urbano Tavares Rodrigues)

Nota Prévia

Este texto é resultado de uma investigação iniciada em licença sabática concedida pela Universidade do Minho no ano lectivo de 2011/2012. Pelo caminho, até hoje, originou algumas intervenções para divulgação de resultados preliminares. Delas destaco duas comunicações em Congressos da Associação Portuguesa de Sociologia (o VII e o VIII). A primeira já está publicada em Actas (v. Bibliografia); a segunda foi aceite para apresentação no Congresso de Abril de 2014, estando já redigida, embora ainda à espera de publicação. Ambas estão aqui incluídas: uma, quase sem alterações em muitas partes, concentra-se no Capítulo 1, mas dispersa-se por outros da Parte I; outra, menos fixada, encontra-se na Parte II. Agradeço à Direcção da Associação Portuguesa de Sociologia a gentileza com que me autorizou a livre reprodução daqueles artigos.

Agradeço também os incentivos que recebi, quer do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS/U.Minho), de que fui membro durante vários anos, quer do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS/U.Minho), de que sou membro actualmente e que promoveu a publicação deste livro. Grato sou, obviamente, ao Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pela licença sabática já referida.

Por fim, deixo um muito obrigado a todas as pessoas que entrevistei para este estudo, sejam ou não da Universidade Católica. Raramente as identifico, não por esquecimento, antes por querer preservar a sua eventual vontade de discrição, que ficaria perdida sem remédio caso as identificasse. Poderão, porém, divulgar a sua colaboração sempre que assim entenderem. Estas pessoas só são responsáveis pelas suas próprias palavras; quanto ao resto (interpretação, selecção e inserção dessas palavras no conjunto do texto), a responsabilidade é minha.

Parte I

Capítulo 1 – O que é uma universidade católica?

Faz já uma década que nutro especial curiosidade por certas instituições de filiação religiosa – não aquelas que prestam serviços propriamente religiosos, mas, antes, aquelas outras que, vinculadas de algum modo a uma igreja, vendem serviços profanos nas condições normais de mercado, isto é, competindo com outras instituições pela captação de clientes mediante uma certa relação custo/benefício alheia a considerações de fé. Como se sabe, é habitual estas instituições identificarem a sua origem através das designações que usam e ostentam, por vezes como marcas valiosas.

Um artigo de 1996, Maroy *et al.*, estudava este tipo de mercado na Bélgica da época (já antes, em 1984, Rouleau tinha estudado algo semelhante no Quebec, com conclusões parecidas, embora menos sistematizadas).

O retrato obtido foi, pelo menos à primeira vista, contra-intuitivo: por um lado, baixavam os números relativos a prática religiosa, clérigos, religiosos e religiosas; por outro, aumentavam os dos serviços oferecidos por aquelas instituições, bem como o dos seus profissionais. Claro que se tratava, na maioria, de profissionais leigos contratados e disputados no mercado de trabalho em virtude de qualificações não religiosas. Como a clientela em geral pouco se preocupasse com a origem religiosa, ou não, dos serviços a que recorria, as organizações “cristãs”, pressionadas pela concorrência, tendiam a destacar na imagem pública, acima de tudo, a qualidade que ofereciam a nível de equipamentos, pessoal e seriedade. Em tal contexto, a referência cristã constituía uma marca valiosa no mercado, usada com o cuidado de se declarar aberta a utentes de todos os credos, sem discriminações. Como era de esperar, nas áreas de maior pendor técnico, as instituições cristãs, em termos de quotidiano, praticamente não se distinguiam das suas congéneres não cristãs. As próprias expressões culturais da fé – oração em comum, eucaristia, etc. – eram escassas e discretas, em nome de um pluralismo respeitador de todos, inclusive do pessoal interno, cujo recrutamento, além de técnico, era aferido por referências morais e não por certificados de confessionalidade (as exceções eram os mais altos cargos da hierarquia e os encarregados da acção pastoral); como a boa moral e a boa ética profissional são compatíveis com os valores cristãos, no fundo, qualquer bom profissional poderia ser recrutado. Assim se fazia “cultura de empresa” naquelas instituições.

As universidades católicas são um tipo particular das instituições vistas acima. De facto, excluindo as especificamente eclesásticas e, nas restantes, as Faculdades de Teologia (e, até certo ponto, as de Filosofia), vendem formação científico-profissional

profana, bem como serviços vários, em mercados abertos à competição. Mesmo nos casos em que beneficiam de subsídios estatais, têm de competir por eles com outras universidades. O mais curioso é que, frequentemente, têm sucesso em ambientes sócio-culturais secularizados, por vezes religiosamente indiferentes quando não hostis. É um documento da própria Federação Internacional das Universidades Católica (FIUC) quem o reconhece: no Ocidente, foram criadas universidades católicas em clima aparentemente adverso mas, de facto, dele inseparáveis; elas são o fruto do pluralismo moderno e não do catolicismo, o que coloca desde logo o problema da sua identidade (Boné, 2001, p.202).

Não foi por capricho que o episcopado belga criou, em 1965, uma comissão para estudar o sentido da universidade católica em sociedades secularizadas. Estava-se numa época em que a questão se colocava com insistência nos meios católicos, e nem sempre a resposta era isenta de dúvidas. Seria uma universidade não eclesiástica o lugar legítimo de anúncio e celebração da fé? Como distinguir, sem tensões e sem isolamento mútuo, ciência e fé, reorganizando departamentos, separando autoridades, conciliando liberdade académica e fidelidade evangélica, modernizando a gestão (Kerkhofs, 2001, pp. 86/8; Azevedo, 2001, pp. 71/2)? Em Portugal, o dilema em debate nos meios intelectuais católicos era: uma universidade católica ou católicos na universidade?¹ O problema manteve-se até hoje, com especial incidência naquela região europeia. Num documento da FIUC, Vincent Hanssens nota em certas universidades católicas belgas e holandesas propensão para manter discreta a sua origem confessional, a ponto de perguntar se a qualificação de “católica” não será apenas um hábito (Hanssens, 2001, pp.145/6). Há cerca de dois anos, o *site* da Universidade Católica flamenga de Lovaina (K.U.Leuven) tornou público que, após um ano de debate interno, foi decidido manter o vínculo à denominação católica, embora realçando o carácter aberto e pluralista da instituição. Actualmente, as outrora católicas Facultés Universitaires Saint-Louis, de Bruxelas, omitem, na sua apresentação electrónica, qualquer referência religiosa, inclusive na nota histórica disponível no *site* institucional, apenas informando que possui, entre as suas escolas, a de Ciências Filosóficas e Religiosas², o que só foi surpresa para quem não seguiu uma tendência manifesta nos últimos anos e que já tinha, por exemplo, suprimido a missa semanal no *campus* (Kerkhofs, 2001, pp.105/6). A partir de 2013, a designação da instituição passou a ser simplesmente “Université Saint-Louis”.

É verdade que a maioria das universidades católicas não avançou por este processo de diluição ou, até, de dissolução, mas creio não errar se disser que, hoje, nenhuma delas deixa de colocar a si mesma a questão da sua identidade, empurrada pelos sinais do tempo. Na era da *Cristandade*, todas as universidades eram “católicas” e, por isso, não caíam na redundância de assim se designarem. Só muito mais tarde, no enfrentamento do anticlericalismo iluminista e positivista, é que nasceram as

¹ Formulação feita por um bispo professor da UCP em entrevista pessoal.

² http://www.kuleuven.be/about/mission_statement.html (23. Abril. 2012) e <http://www.fusl.ac.be/sl/727.html> (29. Julho. 2012)

propriamente ditas universidades católicas como instrumento de combate de uma Igreja acossada a quem não bastava já lutar por manter colégios e seminários.

A virulência do conflito, principalmente nos países de tradição católica, não foi nada envergonhada e estendeu-se pelo tempo adentro. Maurice Agulhon recorda-nos que, já no início do século XX, era notório nos meios revolucionários franceses mais ódio ao clero do que ao patronato³. Portugal não ficou alheado do Progresso, como se pode ver pela saga anti-jesuítica de Pombal, pela abolição das ordens religiosas em 1834, pela República “Mata-Frades” que, entre outras coisas, encerrou a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (pública, mas “católica”). Na guerra da educação, chegou a haver padres anti-clericais em nome da luta contra o “obscurantismo” – foi o (putativo) caso do nosso Louis António Verney, apostado em vencer a ignorância da Contra-Reforma, o jesuitismo e a “escolástica” na educação.

Nasceram daqui várias universidades católicas na Europa dos séculos XIX e XX, quero dizer, universidades militantes, “católicas apenas”. E hoje? Hoje, como diz Hanssens (2011, pp.145), o adversário desapareceu. Se há combate a travar, é preciso perguntar contra o quê, por quê e como. Respostas há, mas são muitas, nem sempre conciliáveis. A Igreja é centralizadora e hierárquica, mas o pluralismo moderno acabou por entrar no campo católico, às vezes conflituosamente. A fundação da FIUC, por iniciativa de Pio XII, oficializada em 1949, foi impulsionada precisamente pela carência de um conceito explícito, não apenas canónico, de universidade católica (Hellwig, 2001, pp.297/8); é provável que nunca haja *uma* definição consensual, até porque ela não depende apenas das universidades católicas – depende também dos sistemas universitários em geral, nos diversos países, e das respectivas autoridades laicas. Na opinião de S. Caro, a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*, de 1990, foi uma tentativa de João Paulo II disciplinar as tensões e contradições existentes no assunto (2001, pp.78/9). De qualquer maneira, a diversidade persiste, inclusive associada a especificidades nacionais ou regionais. Nalguns casos, a lassidão do vínculo simplesmente católico exprime-se através da referência, formal ou não, “de inspiração cristã”. Não é raro que os desencontros dêem lugar a posições extremadas e a recíprocas críticas azedas nos meios católicos. Às vezes fico com a impressão de que, afinal, o adversário não desapareceu; era externo e agora é interno. “Os maiores críticos da Universidade Católica [Portuguesa] são católicos. Acontece o mesmo com a Rádio Renascença, que é outra instituição católica de sucesso”, disse-me em entrevista um professor da UCP, figura pública nacional. Talvez seja verdade⁴.

Creio não errar se afirmar que, ao invés do sucedido no século XIX, a relação com os sinais do tempo retirou univocidade à concepção de universidade católica. Em termos simples: a secularização das sociedades ocidentais arrastou consigo a secularização das universidades católicas. Tomo aqui o conceito de secularização como o tomam José, Casanova, David, Martin e, de certa maneira, Marcel Gauchet.

³ M. Agulhon, “Preface” a J. Lalouette, 1997, *La Libre Pensée en France, 1848-1940*, Paris: Albin Michel, apud Moura, 2007: 175.

⁴ Nos críticos da UCP, aquele professor incluiu alguns bispos, sem os nomear. “Os senhores bispos, infelizmente, são muito ignorantes em assuntos económicos”.

Não significa perda, ou sequer declínio, da fé individual; tampouco significa privatização da religião, no sentido de ela ser purgada de voz legítima na praça pública. Significa, e só, a consumação da diferenciação entre o religioso e o secular, cada um com as suas legitimidades, as suas regras, as suas autoridades autónomas e mutuamente exclusivas por consenso. O que é da ciência é da ciência, o que é da crença é da crença; o que é do século é do século, o que é de Deus é de Deus. Mais em geral, o mundo emancipa-se da tutela eclesiástica – ocorre aquilo a que Marcel Gauchet chamou a “saída da organização religiosa do mundo”; um “fim da religião”, não da crença mas da “religião infraestrutura”. Mesmo dispondo de direito à palavra, e exercendo-o, às religiões depara-se um cenário talvez inédito: os indivíduos são religiosos mas a sociedade é atea na sua organização colectiva (Gauchet, 1985, pp.12; 1997, pp.133, 235). Como eu disse noutros lugares, foi criado um poderoso efeito de consequências imprevisíveis: o *mundo* tende a tornar-se a-religioso, o que quer dizer que deixa de ser profanável, pelo menos colectivamente. No mundo sem religião e na religião sem mundo, como é que se distinguem, fora da sacristia, um crente e um não crente? Não se distinguem, provavelmente. As instituições religiosas especializam-se em papéis religiosos e a consciência também. Claro que a solução é imperfeita, artificial até, e há quem se lhe oponha. É aí que nos apercebemos de que a religião atrapalha o mundo e o mundo atrapalha a religião. Nunca como nesses choques se revela a violência intrínseca à questão, que é também política e desencadeia anátemas recíprocos entre fracções. Em religião, o mistério é o mundo (Costa, 2006, pp.29, 30; 2011, pp.26, 33/4).

O que há de irónico, se não de perverso, neste fenómeno, é que a Igreja recebe de volta o conhecimento do mundo que dela se tinha emancipado. Aliás, não se limita a recebê-lo: recebe-o, reprodu-lo, produ-lo, ensina-o, vende-o. É certo que, em princípio, se trata de conhecimento profano, ao qual a Igreja reconhece autonomia e do qual não quer permanecer ignorante, numa atitude que se pode chamar anti-obscurantista.

Porém, a questão tem os seus espinhos. O primeiro tem a ver com a natureza mesma do conhecimento “profano”, pois nem todos os saberes se deixam classificar assim, com a clareza, por exemplo, da álgebra. Ocorrem-nos logo as ciências da vida, com as implicações bioéticas que possuem. Mas existem outras áreas problemáticas. As ciências económicas são uma delas, e basta pensarmos no seu objecto para que tal se torne uma evidência. O insuspeito Michael Novak atesta-o sem reboço: a economia levada a sério é ou “passará a ser uma disciplina humanística” e os seus temas mais profundos “entusiasmam os filósofos e os teólogos”. Citando outro autor, coloca no âmago da economia política as escolhas humanas, que incluem sempre uma dimensão moral e acabam por intersectar a Doutrina Social da Igreja (DSI), cuja matriz, no entender de João-Paulo II, releva da Teologia Moral, isto é, diz respeito ao âmbito moral e, também, ao espiritual (Novak, 2001, pp.145, 152). De uma maneira ou de outra, ao problema vem sempre desaguar a bipolaridade cristã entre mundo e fuga do mundo.

O segundo espinho vem no seguimento do primeiro. A “profanação” do conhecimento tem sido acompanhada de uma crescente especialização e de uma competição imparável. Já nos anos 1970, era receio dos bispos norte-americanos que, nos cursos *técnicos* das UCs, a especialização e a competição com as grandes universidades laicas excluíssem dos planos de estudos as disciplinas teológicas e filosóficas; esse era, todavia, o preço da abertura do ensino superior católico dos EUA ao grande exterior e aos filhos das elites sócio-económicas (Hellwig, 2001, pp.310, 330-332).

Para Urbano Zilles, a voragem da globalização exacerbou a competição e teve grande impacto nas UCs: a eficiência ascendeu a critério indispensável em qualquer escola superior de referência, pelo que os currículos centram-se cada vez mais nas *competências* de formação profissional e na empregabilidade, com sacrifício das de formação humanística e cristã. Se minguem os financiamentos do Estado ou de mecenaz, mais necessária será a “eficiência”, ou seja, a rentabilidade no imenso mercado da educação. Como os mercados existem para neles se transaccionarem mercadorias, o ensino torna-se uma mercadoria à venda, consumida à maneira de qualquer outra em termos de custo/benefício. Tanto a Santa Sé como a FIUC têm consciência do problema que é a mercantilização da vida universitária e, por isso, publicaram em 2004 um documento de alerta intitulado *Globalização e Ensino Superior Católico* (Zilles, 2001, pp.310-312).

Hanssens pode ter razão ao alvitar que nas universidades católicas houve mais mudanças forçadas (“subis”) do que desejadas (2001, pp.142/3), mas quando, a certa altura do processo, elas próprias galgam os escalões dos grandes *rankings* internacionais, alcandorando-se nos topos e prometendo fazer tudo para subirem ainda mais, deixam de ser olhadas apenas como vítimas ou, sequer, como cúmplices involuntárias. Já agora, diga-se que também competem entre si.

Em poucas palavras: a universidade católica secularizou-se. Podemos até sustentar que se tornou uma força secularizadora. No grande sistema transnacional universitário, como se distinguem, fora da sacristia (i.e., da capelania) uma universidade católica e uma laica? Apetece responder como respondi atrás, a propósito de indivíduos: não se distinguem. A resposta é provocatória, mas esse não é um grande problema; o maior problema é o ser precipitada ao condensar a identidade católica de uma universidade nos seus planos de estudos. Se nos ativermos a este critério, a resposta pode ser verdadeira (fora dos cursos de ciências sagradas), embora não inteiramente e se depare com focos de resistência, os quais, paradoxalmente, parecem confirmar a minha tese de que, na vida secularizada, a religião atrapalha o mundo e o mundo atrapalha a religião. Olhando para os currículos que teimam em manter alguma cadeira “teológica”, fica a sensação de que a incluem como Pilatos no Credo, com os mais baixos créditos de todo o leque de estudos. Na Europa, o encolhimento inerente ao regime de Bolonha veio reforçar a tendência. Falando-me dos cursos de Economia/Gestão do seu Centro, dizia-me um capelão da UCP: “Se insistirmos demais nas disciplinas de cristianismo e de filosofia nos currículos, isso terá um preço na avaliação externa dos cursos”. É juízo que me parece verosímil, só

que carente de ampliação: a avaliação não se restringe às agências formalmente competentes, antes abrangendo o público que procura a formação oferecida pelas universidades católicas. Todos o sabemos: as melhores são escolhidas por serem as melhores e não por serem católicas. O próprio Reitor da UCP o reconheceu em entrevista à *Ecclesia*⁵

Não disse nenhuma novidade. Se pensarmos em termos restritamente curriculares, as cadeiras e os módulos “religiosos” não passam de excrescências sem grande significado ao longo dos vários ciclos de estudos. É essa a força das coisas, ainda que ao arrepio do ensinado em Constituições Apostólicas e do disposto nos Estatutos da UCP. A *Ex Corde Ecclesiae* – talvez o mais importante documento da doutrina sobre a universidade católica – obriga à inclusão da “dimensão moral, espiritual e religiosa” na investigação (n. 7), à orientação dos “estudiosos universitários” pelas “contribuições específicas da filosofia e da teologia” evitando o “fracionamento crescente do conhecimento no seio de cada uma das disciplinas académicas” (n. 16), à “promoção da justiça social” interpretando o Evangelho “pela doutrina social da Igreja” (n. 34). Já em 1965, a Constituição Apostólica *Gravissimum Educationis* determinava que, nas UCs onde não houvesse Faculdade da Teologia, se fundasse Instituto ou cátedra da ciência sagrada que dessem “lições adaptadas também a alunos leigos”, das outras ciências (ciências que “progridem”), e que todos se fizessem “homens verdadeiramente notáveis pela doutrina (n. 10).

Por si mesma, a UCP obriga-se, pelos seus Estatutos, ao “enriquecimento mútuo das várias disciplinas, numa perspectiva de integração e de síntese do saber com a doutrina católica, promovendo continuamente o diálogo entre a fé e a razão”; à “preparação de quadros para a sociedade, mediante a adequada formação científica, profissional e deontológica inspirada na doutrina social da Igreja” (I, artº 3º); à “presença de disciplinas teológicas nos diversos planos de estudos” (II, artº 9º, n. 6). Como veremos adiante, bastas vezes as orientações e injunções enunciadas ficarão por cumprir.

Voltando acima, tanto na literatura como nas entrevistas que mantive, foi corrente a ideia de que o carácter católico de uma escola transcende, e muito, o nível dos planos de estudos e dos conteúdos programáticos. Um outro caminho foi já apontado na citação anterior da *Ex Corde Ecclesiae*: a investigação. Supõe-na atenta, em perspectiva teológica, à “dimensão moral, espiritual e religiosa”, que não simplesmente técnica, do fenómeno humano envolvido em qualquer ramo de saber, sugerindo que não pode prender-se apenas e só às solicitações do mercado, no que deverá distinguir-se da efectuada por universidades não confessionais ou, admitamo-lo, não católicas.

A extensão universitária é mais uma via de catolicidade possível, também mencionada na *Ex Corde Ecclesiae* (n. 12), encarada como serviço da instituição à comunidade envolvente, local ou não (as organizações não lucrativas e de solidariedade social foram invocadas a este propósito por alguns dos meus interlocutores).

⁵ <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=73168> (22.11.2011).

Outra, ainda, é a pastoral, mobilizada por uma capelania (ou paróquia) universitária activa que ofereça sacramentos, espaços de oração, fóruns de reflexão cristã, diálogo com os universitários não católicos, voluntariado, catequese (não proselitista, mas empenhada em conversões quando oportunas).

Uma versão mais ampla da anterior propõe, no meio do pluralismo universitário, a prestação de testemunho crente através de oferta de cultura cristã, acessível e livre: conferências teológicas, jornadas de ética, bibliotecas criteriosas, abundância de disciplinas opcionais católicas, doutoramentos *honoris causa* selectivos, arte sacra no *campus*, debates atraentes, etc. Por analogia, tratar-se-ia de abrir a Igreja a todos na “cidade” secular.

Tem grande notoriedade a ideia de que os meios informais são mais importantes do que os formais na afirmação da identidade católica da universidade. Inclusive para a transmissão da fé, o jesuíta M. Azevedo deixa em segundo plano o saber sobre a fé e a sua expressão religiosa, em favor do relacionamento humano livre, justo, verdadeiro e feito de amor. Como testemunho no mundo pluralista, é indispensável pois significa que a fé está viva – nas universidades, assim como nos países “católicos” (1990: 79-84). Estaria aqui o *ambiente* de que me falaram vários responsáveis da UCP, o autêntico formador do carácter dos estudantes. O que é que caracteriza esse ambiente? Meia dúzia de traços: seriedade, honestidade académica, disciplina, culto da excelência, professores exemplares, costumes sãos, respeito pela ética. Se interiorizados, tais princípios perdurarão mais do que a existência de missa ou não no *campus* e do que uma cadeira teológica no meio do percurso académico, penetrando inclusive nos estudantes não crentes (cf. tb. Hellwig, 2001, p.332).

É claro que há outros entendimentos do que deve ser o serviço das universidades católicas à Igreja e ao mundo. Um deles é o *progressista*, condensado em tópicos iniludíveis: opção preferencial pelos pobres (e não pelas elites, com reflexos no recrutamento de alunos desfavorecidos), cumprimento do disposto na *Ex Corde Ecclesiae* quanto à promoção da justiça social e de “uma nova ordem económica e política” (n. 32), particular atenção à Doutrina Social da Igreja (*idem*, n. 34) bem como ao mundo laboral, não anatematização da Teologia da Libertação, combate às desigualdades. Existe, igualmente, uma concepção *conservadora* apostada no controlo romano das instituições (cf. Teixeira e Audy, 2006, *passim*; Gleason, 2001, pp.291/2; Kerkhofs, 2001, pp.104, 111; Hellwig, 2001, p.300).

Como é inevitável, qualquer das opções reflecte-se no recrutamento de professores e investigadores. Num mesmo artigo, Jan Kerkhofs, ao percorrer as universidades católicas belgas e os respectivos perfis (com notórias diferenças entre si), refere o quanto eles influenciam o preenchimento dos quadros docentes (2001, pp.112/5). E tanto Monika Hellwig como Philip Gleason (2001; 2001) descrevem o longo processo, por vezes conflituoso, que envolveu muitas universidades católicas norte-americanas e a Sagrada Congregação Para a Educação Católica: o problema, que partia do conceito de universidade católica, não tardou a fixar-se no vínculo que ela deveria ter ou não, à hierarquia eclesiástica, mesmo nas faculdades de ciências profanas não erigidas

eclesiasticamente, com os inerentes reflexos na liberdade de contratação de pessoal e na autonomia para a escolha do reitor. Os cânones 808 a 810 corporizam em letra de forma os esforços vaticanos para manterem até onde for possível o controlo dos recursos humanos nas instituições de ensino superior católico.

Os mesmos esforços estão vertidos, em linguagem menos injuntiva, na *Ex Corde Ecclesiae*, estipulando a “fidelidade pessoal à Igreja” por parte dos universitários católicos e “o respeito do carácter católico da instituição” por parte dos restantes (I, n. 27), ao mesmo tempo que considera os bispos agentes não externos mas participantes da universidade católica (I, n. 28); quanto aos seus quadros, é taxativa: “exige (...) o recrutamento do pessoal universitário adequado – especialmente dos professores e do pessoal administrativo” (II, artº 4, § 1).

Mais em concreto, os Estatutos da UCP, que a definem como “uma instituição da Conferência Episcopal Portuguesa” (artº 1º, 1), atribuem ao Magno Chanceler (Patriarca de Lisboa) a incumbência de “Conferir mandato ou *nihil obstat* a professores e outros docentes” (salvo o previsto na Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* para as universidades eclesíásticas e o ensino da fé, que remete aquela competência para a Santa Sé) (artº 23º, n.3, h). Normalmente, ao abrigo do nº 4 do artº 23º, esta tarefa é delegada nos bispos locais, que, em princípio, ratificam as escolhas feitas, já com critério, pelas autoridades das escolas e dos Centros Regionais.

Julgo não errar se disser que, mesmo sem consagração canónica ou regulamentar, as práticas de recrutamento não seriam, de facto, muito diversas daquilo que são sob o actual arranjo normativo, em qualquer universidade católica, seja de que tendência for. O assunto é demasiado sério para ser dado ao desleixo, visto ser decisivo para a reprodução das instituições. Inclusive nos casos de concurso público, os critérios definidos para selecção de pessoal, mais a margem de arbitrariedade deixada aos júris, incorporam a *maîtrise pratique* pressentida do que é preciso ter e ser para obter o acesso a um lugar institucional. Diz Pierre Bourdieu que é essa *maîtrise pratique*, por vezes confundida com cálculo cínico, que pré-ajusta o jornalista ao jornal e ao seu público e, reciprocamente, o público ao seu jornal e ao jornalista. Resultando de um *habitus* específico, ela “orienta as escolhas pelas quais os indivíduos se agregam aos grupos e os grupos cooptam os indivíduos”, numa espécie de “acordo milagroso entre estruturas objectivas e estruturas incorporadas”, entre “expectativas inscritas na posição ocupada [ou a ocupar] e (...) disposições do ocupante” (que são uma espécie de posição incorporada) (Bourdieu, 1977: 22/3; Costa, 1998: 218-220). A “confiança” é expressão do milagre. A desconfiança, também; é por isso que ouvi a algumas pessoas: “Fulano nunca dará aulas na Católica, pese embora toda a sua competência”. Apesar de tudo, não existem milagres perfeitos – ainda há pouco tempo, um professor convidado da Faculdade de Direito da UCP/Lisboa defendeu nas aulas a legalização do aborto; claro que foi preciso endireitar (desconvidar) o que estava torto.

Capítulo 2 – As escolas de Economia e Gestão da UCP

A minha curiosidade pela UCP deve ser semelhante à de Maroy *et al* pelas instituições “religiosas” belgas dos anos 1990. Apesar de diferentes, os respectivos contextos têm parecenças notáveis, a começar pelos números de “prática religiosa” – “cristã” na Bélgica, católica em Portugal.

Entre nós, a prática religiosa, medida pela frequência da missa dominical, tem vindo a descer década após década, à maneira europeia. Os recenseamentos de 1977, 1991 e 2001 dão valores nacionais de 31%, 29% e 27% respectivamente (Cabral, 2001: 23/4). Em 2011, a Igreja decidiu substituir o recenseamento por um estudo mais completo incidente numa amostra nacional. Segundo este inquérito, feito pela UCP, o valor declarado da prática dominical pelo menos semanal é de 31.7% – valor inflacionado, segundo tudo indica. É bem sabido da sociologia da religião que, nestas inquisições, a tendência para responder de maneira *adequada* à religião indicada faz subir os valores da “prática”. Aliás, no mesmo ano, a diocese de Viseu fez um recenseamento à missa dominical no seu território cujos valores mostraram uma quebra acentuada em relação a 2001: passaram de 28.5% para 19.9% – quase nove pontos percentuais a menos. Voltando ao nível nacional e aos estudos da Universidade Católica, a percentagem de portugueses confessadamente católicos caiu, de 1999 para 2011, de 87% para 79.5%. O próprio porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa, perante os números, comentou que a qualidade dos católicos é mais importante do que a sua quantidade. Quanto à Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde se localiza a mais conceituada Faculdade de Economia e Gestão da UCP – a Católica Lisbon School of Business & Economics –, é a menos crente do país, ao concentrar 55% dos que afirmam, no inquérito, não ter religião¹.

Os números do clero atestam uma tremenda queda da quantidade de padres diocesanos nas últimas décadas. O contraste entre 1970 e 2007 é de sangria. A Agência *Ecclesia*, de 2000 para 2008, dá uma queda de 11% no clero diocesano (e de 10% no religioso)². Tem-se, contudo, falado de uma tímida inversão de tendência daí para cá.

É neste contexto que a UCP tem vindo a florescer nos últimos 45 anos, a partir da primitiva Faculdade de Teologia, em Braga, abrindo Centros, Pólos, escolas

¹ Cf. Teixeira (2011) e Público, 17 e 19 de Abril de 2012, 12 de Maio de 2012; http://sinodo.diocesedevisau.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=114:recenseamento-da-pratica-dominical-dados-totais-&catid=37:documentos&Itemid=88 (29. Outubro. 2013).

² Cf. <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=79066> (29. Outubro. 2013).

e cursos, conforme se pode seguir na entrada “Universidade Católica Portuguesa” do *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Moreira, 2001) ³.

A valorização da marca “católica” é outra parecença com o cenário de Maroy *et al.* Trata-se de evidência de senso comum reconhecida explicitamente no *site* da Faculdade de Economia e Gestão da UCP/Porto⁴. Como acontece com as melhores marcas, e ainda no trilho do padrão belga, as mais destacadas Escolas da UCP disputam os melhores profissionais à escala internacional, ombro a ombro com a congénere portuguesa da Universidade Nova de Lisboa no caso da Economia/Gestão em Lisboa (cf. **Público**, 28. 12. 2011). Dada a natureza deste mercado muito competitivo, o recrutamento de especialistas não pode ser amputado por exigências espúrias, o que ocorreria se houvesse primazia de critérios confessionais na selecção dos candidatos. Assim, o que prevalece, a tal nível, é a confiança em boas referências morais e de costumes, a par da exigência de nenhum docente afrontar o carácter católico da instituição, no âmbito da própria *Ex Corde Ecclesiae*, que admite, nas universidades católicas, pessoal não católico, crente ou não, cuidadosamente escolhido (nn. 26 e 27; artº 4, § 1).

A paisagem descrita por Maroy e seus colegas continha também um traço muito significativo, se não desconcertante, no que respeita às expressões da fé. Como vimos, eram escassas e discretas, adaptadas ao pluralismo tanto externo como interno; assim também na UCP: estão sinalizadas e abertas a todos, mas não são ostensivas nem impregnam o ambiente quotidiano. A internacionalização das escolas alimenta esta tendência, pois traz consigo professores e, sobretudo, alunos não católicos certamente indisponíveis para viverem num centro proselitista feito seminário ou faculdade eclesial.

Afirmei acima que tive as minhas razões para concentrar este estudo nas Faculdades de Economia e Gestão (e no Departamento homólogo do Centro das Beiras) da UCP.

Algumas já foram expostas. Recordo uma: a natureza mesma das ciências económicas, cujos fundamentos, no dizer de Michael Novak, são irredutivelmente da área humanística, inseparável da condição social humana e das suas escolhas morais. Ora, na versão hoje dominante, são apresentados como coisa técnica, sujeita a leis materiais parecidas com as da Física, inelutáveis na sua existência própria e que devem ser cumpridas por todos nós sob pena de agirmos *contranatura*. No limite, chegaríamos a uma concepção hayekiana do mundo social legítimo: “justiça” existe, “justiça social” não existe nem quer dizer nada (Hayek, 1982: cap. 9 e “Apêndice ao cap. 9”). Essa não é a doutrina católica; os autores do “Prefácio” a Assman e Hinkelammert (1993) colocam-na em jogo pleno: entre a economia e a teologia está sempre a Doutrina Social da Igreja (pp. 12/3; v. tb. p. 124), à qual não pode ser estranha a noção de justiça social.

³ Florescimento entrecortado, nos últimos tempos, por alguns encerramentos de instalações e Pólos dispersos pelo país.

⁴ Cf. <http://www.feg.porto.ucp.pt/pt/faculdade/faculdade-apresentacao> (23. Abril. 2012).

Mantendo-me no mesmo âmbito, chamo outra razão já antes invocada para seleccionar as escolas de economia e gestão. Na sociedade secularizada, mundo e religião atrapalham-se mutuamente, entrechocando-se com um grande potencial de violência. Os conflitos em torno da Teologia da Libertação, por exemplo, traduzem esse potencial, vivido mais no debate político-ideológico-económico do que no restritamente teológico. Na história da UCP, uma das mais violentas críticas que a atingiram incidiu em cheio no alvo promíscuo da religião atrapalhada no mundo. Em vésperas do Natal de 2010 (16 de Dezembro), no Casino da Figueira da Foz, o bispo D. Carlos Azevedo, que tinha sido Vice-Reitor da UCP, acusou-a de formar gestores esquecidos da Doutrina Social da Igreja e executores de “um tipo de gestão feroz na dimensão humanista”⁵. A polémica, pronta, não foi maior apenas porque, emanadas do mais alto nível da Universidade Católica, houve directrizes para que ninguém alimentasse polémicas públicas com o bispo; de facto, a acusação atingiu a fundo dirigentes e docentes da instituição, sobretudo nas escolas directamente envolvidas, e a vontade de replicar foi imediata. Em boa verdade, a Economia nunca é só Economia.

O destaque adquirido por esta polémica foi proporcional à importância do ensino económico na UCP. Emparelhado com o do Direito, integra o par de elite da Universidade em termos de reputação. Anualmente, são notícia os lugares de topo atingidos nos *rankings* das “Business Schools” pela Católica Lisbon School of Business & Economics; o do *Financial Times* é um deles, mas não o único, e tem tido destaque na imprensa em geral e no *site* da escola.

⁵ Declarações reproduzidas em quase toda a comunicação social nacional à época.

Capítulo 3 – Um estudo comparativo

Voltemos ao título deste artigo e aos seus primeiros parágrafos, quando perguntava o que é uma UC secularizada, com ensino profano especializado, competitiva no mercado global, apta nos princípios de eficiência/rentabilidade em relação à própria gestão e, por tudo isto, dada à polémica da sua identidade. Forçado, por limitação de meios, a seleccionar uma parte do universo da UCP, escolhi as escolas de Economia/Gestão por razões já afloradas atrás e que têm a ver com a natureza mesma do seu âmbito científico-profissional. Assim, foram alvo privilegiado da minha atenção a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais/Católica Lisbon School of Business & Economics (Centro Regional de Lisboa), a Faculdade de Economia e Gestão/Católica Porto Business School (Centro Regional do Porto) e o Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais (do Centro Regional das Beiras, que oferece uma licenciatura e um mestrado em Gestão, além de um curso não graduado em Gestão da Qualidade)¹

Para além de ter estudado os respectivos planos de estudos, entrevistei oito responsáveis e/ou professores da Universidade: Reitor, dois Directores de Centros Regionais, um Director de Departamento, um Director de Licenciaturas, um Director de Curso de Mestrado e dois professores (ambos figuras públicas, sendo um deles bispo). Entrevistei também os Capelães dos quatro Centros e, aproveitando as minhas deslocações à UCP, conversei com dezena e meia de estudantes dos cursos em questão de Lisboa e Porto.

Fiz questão de visitar fisicamente as escolas estudadas e não só para efectuar as entrevistas; quis observar o ambiente normal de actividade onde se ensina, aprende e investiga, um pouco na linha de uma “sociologia das impressões”, sempre sugestiva, por vaga que seja (é ela que nos dá tons de voz, vestuário, posturas corporais, cenários, indicadores de consumo, tipos de sociabilidade, etc.).

Falei ainda com quatro críticos da UCP, todos da área do *catolicismo progressista*; dois são ex-alunos e ex-professores da instituição (da área das Humanidades), um é ex-professor (de Economia) e outro, não a tendo frequentado, conhece-a bem (aliás, como conhece todo o campo católico nacional). Faltou-me entrevistar críticos pertencentes ao *catolicismo integrista*.

A fim de que os planos de estudos da UCP não fossem vistos isoladamente, comparei-os com os de oito UCs estrangeiras, consideradas “de referência” quer por

¹ O Centro Regional de Braga abriu um “Master em Administração e Gestão do Turismo” pela primeira vez em 2011/2012, curso de que só tomei conhecimento depois de planeada e aprovada em Conselho Científico a presente investigação (iniciada em licença sabática).

reputação geral, quer por empenho na definição da sua identidade segundo documentos da própria FIUC (cf. Teixeira e Audy, 2001, p.120), quer ainda por notoriedade obtida em polémica pública recente. Ei-las: Université Catholique de Louvain (UCLouvain (francófona)), Katholiek Universiteit Leuven (KULeuven (flamenga)), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC/Chile), Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUC/Peru)², Catholic University of America (Cath.UAmerica) e University of Notre Dame (N.Dame).

Na mesma linha, para não isolar as UCs das restantes universidades cristãs, recolhi planos de estudos de três universidades protestantes, todas estrangeiras (não as há em Portugal). Uma é norte-americana – a South Methodist University – e foi escolhida por dois motivos: por um lado, segundo texto da FIUC, nos EUA, as universidades protestantes têm meio século de avanço sobre as católicas em termos de secularização do ensino (cf. Gleason, 2001, pp.283/4, 290/5); por outro, aparece bem classificada em *rankings* de economia e gestão, como se pode constatar no seu *site* oficial. Duas são brasileiras e foram seleccionadas por critérios de reputação que recolhi junto de colegas brasileiros: U. Metodista de Piracicaba e U. Presbiteriana Mackenzie.

Como a UCP faz parte do sistema universitário português, incluí na amostra de planos de estudos seis escolas públicas portuguesas, tendo em conta o bom nome de que gozam, algumas, de resto, há muito tempo. São elas: Instituto Superior de Economia e Gestão da U. Técnica de Lisboa (ISEG), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Nova School of Business & Economics da U. Nova de Lisboa (UNova), Faculdade de Economia da U. Coimbra (UCoimbra), Faculdade de Economia da U. Porto (UPorto), Escola de Economia e Gestão da U. Minho (UMinho).

O todo perfaz 18 universidades. A amostra, criteriosa mas arbitrária, só se representa a si mesma.

A análise curricular partiu da distinção básica entre disciplinas *técnicas* e *não técnicas* que, em geral, foi simples. As técnicas foram consideradas em bloco (Macroeconomia, Microeconomia, Estatística, Finanças, etc.). As não técnicas foram divididas em 10 áreas que julguei pertinentes:

1. Teologia/Cristianismo;
2. DSI/Ética Cristã;
3. Ética (Geral);
4. Ética e responsabilidade social (ERS)/ Ética Profissional;
5. Filosofia (Geral);
6. Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia Social, História Contemporânea, Multiculturalismo, etc.);
7. História do Pensamento Económico/Hist. Económica;
8. Desenvolvimento/Desigualdades (Economia do Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional, Território, Ambiente, Desigualdades);

² Entretanto, no dia 21 de Julho de 2012, a Santa Sé retirou a esta universidade os títulos de “Pontifícia” e “Católica”, no culminar de um processo de conflito que já levava algum tempo.

- 9. Economia Social/3º Sector;
- 10. Pobreza/Exclusão Social.

Nem sempre é fácil a diferenciação entre disciplinas técnicas e não técnicas. Por isso, quando possível, consulte os respectivos conteúdos programáticos, o que reduziu o volume das dúvidas sem, contudo, as rasurar de vez. É claro que na resolução de certas destrições acabou por prevalecer o meu juízo pessoal. Por exemplo, “Análise Económica das Políticas Sociais, opcional nas licenciaturas em Gestão de Empresas e em Economia da UCP/Lisboa, foi considerada “não técnica” e incluída na área 8 porque, sendo unidade de índole económica, debruça-se sobre tópicos como desigualdades e sua transmissão intergeracional, equidade *versus* eficiência, desemprego e medidas sociais (e seus custos); igual tratamento teve “Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos”, obrigatória na licenciatura em Economia, por razões semelhantes. Já “Economia dos Recursos Humanos”, obrigatória na licenciatura em Economia da Universidade do Porto foi classificada como “técnica” por o seu programa ser, de facto, o de uma economia que tem por objecto recursos humanos de maneira análoga à que teria se o seu objecto fossem recursos energéticos ou tecnológicos.

Dadas as minhas limitações de investigador isolado, não me foi possível abarcar todos os cursos oferecidos pelas escolas em questão. Na medida do possível, evitei cortes puramente arbitrários. Por exemplo, havendo mais do que um pólo, privilegiei cursos do principal (com excepção da UCP, tomada em todos os Centros pertinentes); na coexistência de um curso (1º Ciclo) generalista com outros especializados, tendi a escolher aquele para facilitar a sua comparação com os homólogos da UCP, também generalistas; ainda assim, às vezes tive de eliminar opções pressionado mais pelo número do que por outro critério.

Era minha intenção trabalhar com dados relativos ao ano lectivo de 2011/12, recolhendo-os entre Outubro e Dezembro de 2011. Cedo me apercebi de que tal intento era inviável, desde logo pela diferença de regimes lectivos entre os Hemisférios Norte e Sul, mas não só. Mesmo entre os *sites* das escolas do Norte, a informação era heterogénea. Umaz vezes referia-se ao ano lectivo já decorrido (2010/11); outras, ao ano então em curso (2011/12); algumas nem indicavam ano lectivo de referência. Decidi, então, lidar com a informação disponibilizada nos últimos dois meses e meio do ano civil de 2011, fosse qual fosse a sua localização no ciclo dos anos académicos. Era esta a homogeneidade possível dos dados face à impossibilidade de obter outra, mais adequada (indo por 2012 adentro, algumas universidades passaram a difundir informação relativa a 2012/13, apagando a anterior, já obsoleta). Assim, o grosso dos planos de estudos aqui analisados foi extraído entre 17 de Outubro de 2011 e 10 de Janeiro de 2012. Ao longo deste período, poucas foram as alterações que detectei nos diversos *sites* consultados.

Ao nível de estudos de graduação trabalhei com 33 licenciaturas.

Na pós-graduação, o panorama dos mestrados é mais complexo do que o anterior, desde logo por causa das suas designações, que nem sempre são inequívocas.

O “Master” propriamente dito, da tradição inglesa, ao lado do “Master of Arts”, deu lugar a diferenciações várias e a ambiguidades que atingem a noção mesma de grau académico, como acontece com certos “Masters” que não conferem grau mas que dão acesso privilegiado a programas complementares que o garantem³; é possível que, contra a minha intenção, devido à confusão instalada, tenha incluído no estudo algum destes cursos sem grau. Acresce que a oferta formativa a este nível costuma ser maior, quando não muito maior, do que a das licenciaturas. Vejamos a F.E.U. Porto: tem duas licenciaturas (Economia e Gestão) e 24 mestrados (especializados em Economia, Gestão, *Marketing* e Contabilidade). Há outros casos semelhantes. É comum tal variedade resultar de ramificações de 2 ou 3 troncos de base. Além disso, sabe-se que a oferta em catálogo não se efectiva na íntegra num ano lectivo, seja porque exige um mínimo de alunos para cada curso, seja porque a gestão de recursos docentes fecha várias opções logo à partida. O conjunto ascende a 102 planos de estudos. Porém, o seu manuseio é mais simples do que o das licenciaturas porque tem menos cadeiras e porque, conforme vimos, muitos partilham um tronco comum; por isso, analisei-os na generalidade, sem rasuras. Visto ser impraticável listá-los todos, um a um, indicá-los-ei por tipos de universidades (católica, protestante, pública), particularizando sempre os da UCP, e identificarei no final os endereços electrónicos das escolas de onde provieram, com a data da última consulta.

Entretanto, uma avaria no meu computador deteriorou a fidedignidade empírica do estudo. A parte que continha informação sobre os MBAs de universidades estrangeiras foi elidida, problema que ultrapassei como explicarei adiante no Anexo, recorrendo a anotações manuscritas, entretanto feitas, e a outros procedimentos. Eu ficara na encruzilhada: ou só trabalharia com as restantes universidades ou, então, voltaria aos *sites* fora dos limites temporais estabelecidos; hesitante, escolhi esta última opção, sob reservas, por querer evitar o encolhimento do leque comparativo desde o início presente nos meus intentos (v. Anexo). Coligi, assim, ao todo, 38 MBAs, que comparei entre si⁴. Foram excluídos os seis da PUC/Rio por não apresentarem planos de estudos, bem como dois da PUC/Peru (um por ser de ensino à distância e outro por ser leccionado num regime de extensão em várias cidades, cujo funcionamento preciso não é claro).

Na Formação de Executivos (FE) restringi-me a três universidades portuguesas – UCP (Lisboa e Porto), ISEG e UPorto – devido à profusão de cursos em catálogo: só neste lote estão 97 cursos, na maioria da UCP, a qual se posiciona como a grande escola portuguesa na área, de onde provém parte considerável dos seus rendimentos, segundo um professor do Centro de Lisboa. Neste âmbito, escapei às balizas temporais pré-definidas porque se trata de cursos fora da lógica restrita do ano lectivo; são apresentados em pacotes de horas – há-os de 3 ou 4 horas, de 10, 40

³ É o que acontece com o “Master em Administração e Gestão do Turismo” da UCP/Braga e com os “Mestrados Executivos” do ISCTE.

⁴ Alguns são subdivisões de um tronco comum. Os dois da UCP/Lisboa e os dois da U. Nova são dados em parceria pelas duas instituições, mas contei-os como quatro (dois oferecidos por cada instituição).

ou 50 horas, por exemplo, poucos sendo os que ultrapassam a centena de horas (o período de acesso à informação decorreu de 18. Maio. 2012 a 07. Junho. 2012).

Os doutoramentos não foram incluídos na pesquisa por causa da dificuldade (quando não impossibilidade) em compará-los. Desde logo, existe mistura de regimes de formação, ora em curso, ora em tutoria; ademais, os planos de estudos dos cursos são, amiúde, muito lacónicos (apesar de permitirem concluir pela ausência de unidades curriculares de *Cristianismo* e de *Doutrina Social da Igreja*).

Nos *sites* da UCP consultei também as fichas individuais dos docentes e investigadores dos três Centros em apreço, nas quais os próprios seleccionam o que consideram relevante em termos de publicações, áreas de interesse científico, percursos profissionais, prémios. Algumas fichas estavam por preencher, no todo ou em parte; outras, à época da consulta (29. Novembro. 2011 – 06. Dezembro. 2012), não eram actualizadas havia anos. Tive em conta, no esboço dos perfis vocacionais, toda a informação disponível nas fichas dos 199 elementos listados que não se encontravam completamente em branco (apenas 22).

Capítulo 4 – Os dados

A – LICENCIATURAS

I – A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA.

A primeira conclusão é a da diversidade interna da UCP, consoante as suas escolas.

a) Apenas as licenciaturas de Lisboa (em Economia e em Gestão) têm uma disciplina de Teologia/Cristianismo – “Cristianismo e Cultura” – que, aliás, é obrigatória. Porto e Viseu não a têm, nem sequer como opcional¹.

b) Porto e Viseu não oferecem qualquer cadeira de Doutrina Social da Igreja/Ética Cristã. Lisboa oferece uma opcional, mas que não funcionou regularmente nos anos anteriores ao de 2011/12 por falta de interesse dos alunos; neste ano de referência, não chegou a ser oferecida, segundo informação de um responsável da Faculdade, embora o *site* da instituição, já depois do início das aulas, a tenha introduzido no plano de estudos. Também alterado foi o programa de “Cristianismo e Cultura”, que passou a incluir um tópico de Doutrina Social da Igreja.

c) Só nos cursos do Porto há disciplina de Ética (Geral), e obrigatória. Em Lisboa e Viseu não existem, nem mesmo como opcional.

d) Inversamente, só o Porto não tem disciplina, obrigatória ou opcional, de ERS/Ética Profissional, que é obrigatória em Lisboa e Viseu.

e) Quanto à área de Desenvolvimento/Desigualdades, Viseu não apresenta qualquer disciplina. O mesmo se passa no Porto, com o curso de Gestão, em contraste com o de Economia, que obriga a duas disciplinas da área.

f) Todavia, a autonomia dos seus Centros Regionais não impede a UCP de nutrir semelhanças internas.

i - Ausência de disciplinas de Filosofia (Geral) em todos os cursos;

ii - ausência de disciplinas de Pobreza/Exclusão Social, com a ressalva de os dois cursos do Porto terem uma com um módulo programático desta área;

iii – todas as licenciaturas possuem uma disciplina opcional de Economia Social/do 3º Sector;

iv – no âmbito das Ciências Sociais, enquanto Lisboa tem três opcionais em cada curso, Porto e Viseu, também para cada curso, têm uma obrigatória;

¹ Já na fase de revisão deste texto, verifiquei que no Centro do Porto, em 2013/14 todos os cursos (licenciatura) passaram a tê-la, excepto os de Economia, Gestão e Enfermagem (em Direito é opcional).

v – cenário parecido ocorre com a área de História do Pensamento Económico/da Economia: uma opcional no curso de Gestão do Porto, uma obrigatória nos restantes.

II – A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (5 CURSOS) E AS OUTRAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS (11 CURSOS)².

a) Teologia/Cristianismo

Aqui, os cursos da UCP ficam inequivocamente em desvantagem face à maioria das outras universidades. Como vimos, só dois cursos portugueses – os de Lisboa – tinham uma disciplina desta área, obrigatoriamente. Ora, oito dos outros onze têm-na, e obrigatória, merecendo realce o caso da PUC/Rio, ao ter duas disciplinas obrigatórias.

b) Filosofia (Geral)

A situação é semelhante à anterior: nenhuma disciplina nas licenciaturas da UCP, mas uma obrigatória em quatro das outras onze.

c) Doutrina Social da Igreja / Ética Cristã

A tendência mantém-se. Na UCP apenas existe um módulo em um dos cinco cursos (além de uma opcional que, conforme vimos, não tem funcionado de facto muitas vezes). Dos onze cursos das Universidade Católicas estrangeiras, três têm uma cadeira obrigatória e dois um módulo obrigatório.

d) Ética (Geral)

A relação começa aqui a equilibrar-se, porém ainda em desvantagem para a UCP, com uma obrigatória em dois dos cinco cursos. Nas estrangeiras, existe uma obrigatória em seis dos onze cursos.

e) Ética e Responsabilidade Social / Ética Profissional

Prossegue a tendência de equilíbrio e de anulação da desvantagem portuguesa: UCP com uma obrigatória em três dos cinco cursos; universidades católicas estrangeiras com uma ou duas obrigatórias em cinco dos onze cursos.

f) Ciências Sociais

A inversão da tendência é já visível. Na UCP, todos os cursos têm unidades curriculares de ciências sociais, obrigatórias ou opcionais; nas estrangeiras, cinco deles não as incluem de todo.

g) Desenvolvimento/Desigualdades

Mantém-se a vantagem da UCP: ausência de disciplinas deste item em dois dos cinco cursos, sendo de nove em onze a proporção homóloga dos cursos estrangeiros.

² UCP/LxEcon., UCP/LxGestão, UCP/PortoEcon., UCP/PortoGestão, UCP/ViseuGestão, UC/Louv.Econ.eGestão, UC/Louv.Eng. Gestão, PUC/RioEcon., PUC/RioAdmin., PUC/RSAAdmin.Emp., PUC/RSEcon., PUC/RSContab., PUC/ChileEng.Comerc., N.Dame/Econ., CUAmericaBus.Admin., PUC/PeruContab.

h) Pobreza / Exclusão Social

O quadro é análogo ao anterior, com um módulo obrigatório em dois dos cinco cursos da UCP e em um dos onze cursos das Universidades Católicas estrangeiras (este módulo é parte de uma disciplina já contabilizada na alínea anterior, pelo que constitui uma dupla contagem; se não for considerado agora, as universidades estrangeiras ficarão em branco).

i) História do Pensamento Económico / da Economia

Aqui constata-se nítida superioridade da UCP: uma cadeira obrigatória em quatro dos cinco cursos e uma opcional no restante. Do lado das universidades estrangeiras, a contagem é desoladora, sendo, apenas, de uma cadeira obrigatória no total das onze licenciaturas, com a curiosidade de se chamar “Teoria Económica Marxista”, na U. Notre Dame e que decidi incluir, talvez com alguma entorse, na área em apreço por a concepção marxista da economia implicar, na sua teleologia, uma forte perspectiva histórica.

j) Economia Social / do 3º Sector

Vantagem total da UCP: uma opcional em quatro dos cinco cursos. Nas universidades católicas estrangeiras, existe ausência pura e simples de disciplinas deste tipo.

III – A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E AS UNIVERSIDADES PROTESTANTES³.

Globalmente, tirando um caso ou outro, a comparação é equilibrada, com vantagens e desvantagens particulares, mas não muito acentuadas.

a) Economia Social / do 3º Sector

Estamos perante a maior vantagem da UCP, com uma disciplina opcional em quatro dos cinco cursos; universidades protestantes: zero.

b) Pobreza / Exclusão Social

Vantagem também da UCP, visto ter um módulo obrigatório em duas das cinco licenciaturas. De novo, ausência total de cadeiras deste item nas universidades protestantes.

c) História do Pensamento Económico / da Economia

Mantém-se a tendência. Na UCP, temos uma obrigatória em quatro dos cinco cursos e uma opcional no restante. Nas protestantes, três dos cinco cursos estão a zero nesta área; destaco o de Ciências Económicas da U. Mackenzie, com três obrigatórias e, ainda, uma unidade curricular de “Epistemologia da Economia”.

³ Os cursos da UCP são os indicados em nota anterior. Os das universidades protestantes são: UMPiracicaba/Econ., UMPiracicaba/Admin., UPMackenzieEcon., UPMackenzieContab. e SMUnivFinanç.

d) Teologia/Cristianismo

A tendência é semelhante, embora com poucos casos. A UCP apresenta uma obrigatória em dois dos cinco cursos e as protestantes uma obrigatória em um dos cinco cursos.

e) Desenvolvimento/Desigualdades

Entra-se agora num certo equilíbrio. A UCP possui duas opcionais em duas das cinco licenciaturas e duas obrigatórias noutra (duas licenciaturas ficam a zero). As universidades protestantes têm uma obrigatória num dos cinco cursos e duas obrigatórias num outro (três licenciaturas em branco).

f) Ética e Responsabilidade Social / Ética Profissional

Situação de igualdade: uma obrigatória em três dos cinco cursos de ambas as confissões.

g) Doutrina Social das (respectivas) Igrejas / Ética Cristã

Começa a tendência para a superioridade protestante, mas com pequeno número de casos. Enquanto a UCP tem um módulo obrigatório num dos cinco cursos, as congéneres protestantes têm esse módulo em dois dos cinco cursos.

h) Filosofia (Geral)

Quadro parecido com o antecedente. UCP: a zero. Universidades protestantes: uma obrigatória num curso.

i) Ética (Geral)

Verifica-se a tendência do último item, com vantagem protestante. UCP: uma obrigatória em dois cursos. Universidades protestantes: uma obrigatória em três cursos.

j) Ciências Sociais

Apesar de as universidades protestantes conterem um curso a zero (U. Mackenzie/Contabilidade), acabam por equilibrar a comparação, se não a ganhar algum ascendente: nos restantes quatro cursos, dois têm duas cadeiras obrigatórias, um tem uma cadeira obrigatória e o outro um módulo obrigatório. Por seu lado, a UCP tem três cursos com uma obrigatória e os outros dois com três opcionais cada.

IV – A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PORTUGUESAS⁴

Nesta secção, ficam de fora, por razões óbvias, as cadeiras de Teologia/Cristianismo e de Doutrina Social da Igreja / Ética Cristã.

a) Ética (Geral)

A vantagem da UCP é clara: apresenta uma disciplina obrigatória em dois dos cinco cursos, ao passo que as universidades públicas ficam em branco.

b) História do Pensamento Económico / da Economia

Também aqui o ascendente da UCP é inquestionável, pois tem uma disciplina obrigatória em quatro das cinco licenciaturas e uma opcional na restante. Nas públicas, sete das doze licenciaturas não têm qualquer disciplina desta área, três têm-nas em regime obrigatório (ou obrigatório + opcional) e duas em regime opcional.

c) Economia Social / do 3º Sector

Mantém-se o desequilíbrio anterior. A UCP oferece uma opcional em quatro dos cinco cursos, enquanto nas públicas conta-se uma opcional num curso apenas.

d) Ética e Responsabilidade Social / Ética Profissional

A tendência é para alguma vantagem da UCP, com uma obrigatória em três dos cinco cursos. Nas públicas, seis cursos (50%) estão a zero; nos outros seis, a situação varia entre os casos de três cursos que têm uma obrigatória, de dois que têm um módulo obrigatório (ou um módulo obrigatório + uma cadeira opcional) e o do remanescente que tem só um módulo opcional.

e) Ciências Sociais

Ocorre neste ponto também alguma superioridade da UCP, devida ao facto de, entre obrigatórias e opcionais, todas as suas licenciaturas cobrirem esta área. Nas públicas, isso não ocorre em três das doze licenciaturas.

f) Desenvolvimento/Desigualdades

Persiste o pendor anterior. Na UCP, duas licenciaturas estão em branco, duas oferecem duas disciplinas opcionais e a outra tem duas obrigatórias. Nas universidades públicas, três dos doze cursos têm uma disciplina obrigatória, ficando os restantes (75%) a zero.

g) Pobreza / exclusão Social

Entramos agora nos itens muito rarefeitos. Na UCP existe um módulo obrigatório em dois dos cinco cursos. Nas públicas, encontramos uma disciplina opcional em um curso.

⁴ Cursos das U. P. Portuguesas: ISEG/Econ., ISEG/Gestão, U.Coimbra/Econ., U.Coimbra/Gestão, U.Porto/Econ., U.Porto/Gestão, ISCTE/Econ., ISCTE/Gestão, U.Minho/Econ., U.Minho/Gestão, U.Nova/Econ., U.Nova/Gestão (total: 12 licenciaturas).

h) Filosofia (Geral)

Na UCP não existe nada. Nas públicas há uma obrigatória em dois cursos.

B – MESTRADOS

Foram vistos os planos de estudos de mestrados de 17 universidades. Dada a sua quantidade – 102 cursos, dos quais 28 são católicos –, deixarei abaixo um apanhado muito geral das grandes tendências detectadas.

a) Mestrados Exclusivamente Técnicos

Encontram-se em sete das oito universidades católicas (incluindo a UCP/Porto), em uma das protestantes e em quatro das seis públicas portuguesas.

b) Mestrados Técnicos, sem ERS /Ética Profissional, mas com Opcionais de Desenvolvimento/Desigualdades e Pobreza /Exclusão Social (e também Políticas Sociais)

Localizados em três universidades católicas e em duas públicas portuguesas.

c) Mestrados Técnicos, sem ERS / Ética Profissional, mas com Obrigatórias de Desenvolvimento/Desigualdades e Pobreza /Exclusão Social (e também Políticas Sociais)

Apenas numa universidade pública portuguesa (U. Coimbra).

d) Mestrados Eminentemente Técnicos, mas com ERS/Ética Profissional Opcional, sem mais

Este perfil é também raro: existe numa universidade protestante e em duas públicas portuguesas.

e) Mestrados com ERS / Ética Profissional Opcional e com Opcionais de Desenvolvimento/Desigualdades e Pobreza /Exclusão Social (e também Políticas Sociais)

Identificados numa universidade católica estrangeira e em três públicas portuguesas.

f) Mestrados Eminentemente Técnicos, mas com ERS / Ética Profissional Obrigatória, sem mais

Existem nos três Centros da UCP e em duas universidades públicas portuguesas.

g) Mestrados com ERS / Ética Profissional Obrigatória e com Opcionais de Desenvolvimento/Desigualdades e Pobreza /Exclusão Social (e também Políticas Sociais)

Apenas numa universidade pública portuguesa.

h) Mestrados com ERS / Ética Profissional Obrigatória e com Obrigatórias de Desenvolvimento/Desigualdades e Pobreza /Exclusão Social (e também Políticas Sociais)

Apenas numa universidade protestante.

i) Mestrados com Economia Social / do 3º Sector

Em duas universidades católicas (UCP/Porto incluída) e em duas universidades públicas portuguesas (foi excluído o do ISCTE por não ter funcionado em 2011/12).

j) Mestrados com Alguma Disciplina, Obrigatória ou Opcional, de Teologia/Cristianismo ou de Doutrina Social da Igreja / Ética Cristã

Nenhum.

Este tipo de exposição dos dados, sendo de fácil leitura, comporta, porém, algumas omissões que é preciso remediar. Desde logo, não especifica o número de cursos de cada alínea nem, dentro dela, o de cursos de cada universidade. Ora, sem individualizar toda a informação, merece realce o facto de a **alínea a)**, dos Mestrados Exclusivamente Técnicos, ser, de longe, a mais numerosa, com 69 cursos, o que lhe dá um peso superior a 55% do total. Devo também esclarecer que a elevada presença de universidades católicas na alínea (sete das doze aí representadas) não se traduz no número dos cursos nela contidos, já que as universidades públicas portuguesas são responsáveis por 52 dos mestrados oferecidos. De entre as católicas, a UCP (Porto) é a mais destacada, com sete cursos.

Também merece reparo a **alínea b)**, dos Mestrados Técnicos, sem ERS /Ética Profissional, mas com opcionais nas áreas de Desenvolvimento/Desigualdades e Pobreza /Exclusão Social (e também Políticas Sociais). É a segunda maior, com 29 cursos (23% do total), localizados, como disse supra, em três universidades católicas e em duas públicas portuguesas. Agora, a ilusão é inversa à anterior, pois cada uma das três católicas oferece um mestrado deste tipo, ficando a Universidade do Porto com 25.

A terceira maior **alínea é a f)**, dos Mestrados Eminentemente Técnicos, mas com ERS / Ética Profissional Obrigatória, sem mais disciplinas não técnicas – representa oito cursos, distribuídos pela UCP e por duas universidades públicas. Convém informar que a UCP, através dos seus três Centros, contribui com seis dos oito cursos, isto é, com 3/4 do todo.

As outras alíneas oferecem entre um e cinco cursos cada.

Estes esclarecimentos foram indispensáveis para corrigir a ideia de que as universidades católicas são mais laxistas do que as laicas em matéria de formação ética. De qualquer maneira, deve suscitar reflexão a elevada proporção dos mestrados “católicos” sem qualquer unidade curricular de Ética – 19 em 28, ou seja, mais de 2/3 –, numa tendência inferior à das universidades públicas – 79 em 94, quer dizer, mais de 4/5 –, mas que as segue na voragem da especialização técnica do ensino

superior⁵. E, se nas licenciaturas, a formação cristã prenunciava uma certa minguagem, sobretudo na UCP, nos mestrados desaparece por completo e em toda a parte.

C – MBAs

Quando falava com um professor da UCP/Porto a propósito da dificuldade em incluir unidades curriculares de Teologia e de Doutrina Social da Igreja nas licenciaturas e nos mestrados de Economia/Gestão, disse-me ele, quando chegámos aos MBAs: “Isso é outro mundo; não há grande coisa a fazer”. O desabafo, lamentoso, exprimia a constatação de que quem paga um MBA não o faz à procura de formação cristã, ainda que residual; o que pretende é, em exclusivo, uma aprendizagem especializada na área dos negócios, concentrada e prestigiada.

Portanto, não admira que, à semelhança do ocorrido nos mestrados, não exista nos planos curriculares dos 38 MBAs⁶ estudados qualquer disciplina/módulo das áreas de Teologia/Cristianismo e Doutrina Social da Igreja / Ética Cristã.

Tão-pouco admira que a percentagem de cursos exclusivamente técnicos ascenda a 63%: são 24, dos quais 12 católicos (um da UCP/Porto), oito protestantes e quatro públicos portugueses. O destaque católico está em linha com a proporção de cursos católicos no total dos cursos: 20 em 38, o que significa, num caso e noutro, pesos em volta dos 50%. Peso igual se observa nos cursos técnicos das universidades públicas portuguesas (4/8). É nas protestantes que os MBAs só técnicos atingem maior ascendente: oito em dez.

O segundo grupo de MBAs é o daqueles eminentemente técnicos, mas com um módulo de ERS /Ética Profissional, sem mais. Agrega nove cursos, ou seja, quase 24%: cinco são católicos (um é da UCP/Porto), dois são protestantes e dois públicos. Adicionando este grupo ao anterior, obtemos uma fatia de 87% dos MBAs, além de esgotarmos os das universidades protestantes.

Restam cinco cursos que fogem um pouco ao perfil dos anteriores por abrigarem nos seus planos de estudos algumas horas dedicadas ao que poderíamos chamar “questões sociais”, em regime obrigatório ou de opção. Um é da U. Notre Dame, com um módulo de “Intercultural Management”, além de um outro de “Ethics”, ambos obrigatórios. Os outros quatro são os da parceria entre a UCP/Lisboa e a U. Nova (são contados como dois, replicados): um contém Ética obrigatória e um módulo opcional sobre sustentabilidade nos negócios; outro, sem módulo de Ética, tem o de sustentabilidade obrigatório.

Não se pode dizer que se trate de uma grande riqueza, mas foi o que se conseguiu arranjar no promissor mundo dos MBAs.

⁵ Nas universidades protestantes, essa proporção é de 1/3, só que envolvendo números demasiado pequenos para deles se extrair tendência mais ampla.

⁶ De 12 universidades: 6 católicas (UCP/Porto, PUC/RS, PUC/Perú, PUC/Chile, Lovaina Franc., Notre Dame), 2 protestantes (Piracicaba, S.Meth.U.) e 4 públicas (Coimbra, ISCTE, U.Nova, U.Porto). A distribuição dos 38 cursos é a que segue: 20 das U. católicas, 10 das protestantes e 8 das públicas.

D – FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS

Na Formação de Executivos cinjo-me, conforme explicado atrás, a três universidades portuguesas: UCP (Lisboa e Porto), ISEG (U. Técnica de Lisboa) e U. Porto⁷. Como previra, a tendência para a formação exclusivamente técnica aumentou neste segmento de ensino muito compactado. O máximo que se poderia perspectivar fora dos módulos técnicos seria a área de ERS / Ética Profissional. Os números são muito simples.

Dos 32 cursos da UCP/Lisboa, existe um módulo de ERS em 11 (34%); dos 45 da UCP/Porto, tal módulo existe em 5 (11%); dos 12 do ISEG, só um o tem (8%); também dos oito cursos da U. Porto, só se encontra módulo ético em um deles (12.5%).

Entrevê-se, assim, uma tendência da UCP, face às públicas, em fugir mais à formação meramente técnica, até porque, nas últimas, as percentagens obtidas se referem a casos isolados. Ainda assim, 66% dos cursos da UCP/Lisboa e 89% dos da UCP/Porto são, em exclusivo, técnicos, sem temperança ao nível dos planos de estudos.

Constata-se ausência total de formação cristã.

E – NOTAS BIOGRÁFICAS DOS PROFESSORES E INVESTIGADORES

Mais do que esboçar perfis vocacionais, pretendi avaliar a existência e a extensão de perfis que fujam ao tipo unicamente técnico. Para tal, e nos termos já definidos atrás, procurei informação relativa a publicações, currículos profissionais académicos e não académicos, prémios recebidos, áreas de interesse científico privilegiadas. Excluídas as fichas completamente por preencher (22), li as de 199 professores e investigadores das três escolas da UCP e contei as que escapavam ao tipo técnico puro, a saber, as que continham referências a Economia do 3º Sector, instituições de solidariedade social, desigualdades, pobreza, exclusão social, ética cristã, ética empresarial, Doutrina Social da Igreja, cultura cristã, actividade pastoral, cidadania, filosofia da economia, etc.

Assim, em 79 fichas válidas na UCP/Lisboa, oito correspondem a este perfil alternativo (10%)⁸; em 88 válidas na UCP/Porto, o número era também de oito (9%); por fim, em Viseu, a proporção é bastante maior – 14 em 32 válidas (44%).

Estudando os valores de Viseu, nota-se que os professores e investigadores considerados não pertencem a uma escola de Economia/Gestão, antes a um “Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais”, entidade compósita que não se confina ao ensino económico e se estende ao Serviço Social, recrutando muita gente da sociologia, da psicologia, do serviço social, da enfermagem, etc. Aliás, a quase totalidade dos 14 casos mencionados vem destas áreas e não da Economia/

⁷ É difícil contar os cursos da U. Porto, pois parece aí haver uma aposta nos programas “In-Company”, concebidos *ad hoc* para cada caso. No dia em que acedi ao *site* para este fim – 07. 06. 2012 –, estava anunciado o curso “In-Company” de “Desenvolvimento de Competências nas USF”, com 4 programas, a que juntei outros 4 cursos anunciados, perfazendo 8.

⁸ Nenhuma era da área de Finanças e Contabilidade.

Gestão (só dois se licenciaram nesta área). Não fora isso e os valores de Viseu não andariam longe dos de Lisboa e Porto no que respeita à indigência de sinais exteriores de formação e empenho profissional católicos.

BALANÇO

Mesmo sujeitados a sucessivas operações de agregação estatística, os dados expostos acabam por dispersar a atenção na sua leitura. Se quisermos compactá-los ainda mais, a imprecisão daí resultante poderá ser compensada por alguns retratos-robô, imprecisos, mas sugestivos.

A) Em si mesma, a UCP revela, nos planos de estudos das Licenciaturas, pouca propensão para incluir disciplinas da *Teologia/Cristianismo*, quase nenhuma para as de *DSI/Ética Cristã* e de *Pobreza/Exclusão Social*, e nenhuma para as de *Filosofia (Geral)*. Pelo contrário, mostra receptividade para cadeiras de *História do Pensamento Económico/Hist. Económica*, de *Ciências Sociais* e de *Economia Social/3º Sector*. Estas tendências notam-se bem no cotejo com as outras universidades da amostra.

Em relação às congéneres católicas, fica em desvantagem nas áreas de *Teologia/Cristianismo* e *Filosofia (Geral)*; na de *DSI/Ética Cristã*, a desvantagem é minimizada pelo facto de tal área estar a cair em desuso um pouco por todo o lado no ensino económico católico. A vantagem portuguesa revela-se nas *Ciências Sociais*, na *História do Pensamento Económico/Hist. Económica* e, sobretudo, na *Economia Social/3º Sector*; em matéria de *Pobreza/Exclusão Social*, as universidades católicas estrangeiras ultrapassam a escassa receptividade da UCP, aproximando-se do zero (receptividade nula). Já nas áreas da Ética profana existe equilíbrio.

Face às protestantes, a UCP mantém a destacada superioridade na *Economia Social/3º Sector* e, embora um pouco menos, na *História do Pensamento Económico/Hist. Económica*, repetindo o empate na *ERS/Ética Profissional*; na *Ética (Geral)* existe uma certa vantagem protestante. Equilibrada é a situação nas *Ciências Sociais*. Quanto ao resto, não posso deixar em claro situações de superioridade ou inferioridade ilusórias porque baseadas em excepções ao desuso absoluto: em *Teologia/Cristianismo* e *Pobreza/Exclusão Social*, a UCP, pouco atreita a estas áreas, consegue ficar acima das protestantes, relação que se inverte na *Ética Cristã*. Também a *Filosofia (Geral)* praticamente desaparece numa e noutras.

Comparativamente com as universidades públicas portuguesas, a UCP repete a clara vantagem em *Economia Social/3º Sector* e em *História do Pensamento Económico/Hist. Económica*. Mantém ascendente na *Ética (Geral)* e, menos, na *ERS/Ética Profissional*, o que vem desmentir a ideia de que a UCP é mais laxista na componente ética do ensino económico do que as universidades laicas. Em *Ciências Sociais* e *Desenvolvimento/Desigualdades* existe alguma propensão de maior acolhimento na UCP. A área rarefeita da *Pobreza/Exclusão Social* confere superioridade residual à UCP, enquanto a de *Filosofia (Geral)* só não está extinta porque nela inclui a disciplina de “Critical Thinking” dos cursos da U. Nova.

Capítulo 5 – Para além dos planos de estudos

A meio da minha entrevista com uma responsável da Faculdade de Ciências Empresariais da UCP/Lisboa, surgiu a questão da exiguidade da formação católica nos planos de estudos das licenciaturas da escola. Sorrindo, a senhora apontou um dedo para o espaço exterior da sala: “Ali ao lado está uma Faculdade de Economia que é de qualidade e pública [a da U. Nova], logo, com propinas muito mais baixas do que as nossas; se não investirmos na qualidade técnica, teremos de fechar as portas”. A declaração, com o seu quê de brutal, exprime o constrangimento da secularização do ensino nas universidades católicas. A situação parece reforçar-se com o correr dos tempos. Antes da execução do regime de Bolonha, as licenciaturas em Economia e em Gestão da UCP incluíam uma disciplina de Doutrina Social da Igreja obrigatória¹ – havia espaço e vagar para isso; agora, não. A intuição leva-nos de imediato ao cenário belga de Maroy *et al*, onde instituições denominacionais competiam entre si por clientes estranhos às denominações (religiosas) e apenas movidos por cálculo de custo/benefício, aliás induzido pelas próprias instituições. Em consequência, a vida quotidiana nessas casas cristãs acabava por não se distinguir da das laicas. Seria assim o mundo secularizado.

Ora, confrontados com semelhante corolário, todos os dirigentes e professores da UCP que entrevistei negaram-no no que respeita à instituição onde trabalham. A identidade católica, dizem, não se pode aferir pela formalidade dos seus planos de estudos (ainda assim, como vimos, não completamente despidos de referências religiosas e éticas). Para além desse nível, haveria como que um currículo invisível, muito vivo, que moldaria a identidade de raiz e a formação dos que por lá cursam durante algum tempo, sejam católicos ou não. O *ambiente* de que ouvi falar seria a mais inteligente forma de a Universidade se abrir a todos em vez de converter os já convertidos: católica na matriz, não ostensivamente confessional, não proselitista, montra de valores seus mas passíveis de universalização, protagonista de um diálogo ecuménico prático (se não de diálogo inter-religioso e com não crentes) e, claro, também centro pastoral acolhedor dos que o procurarem enquanto tal. No fundo, vinga nesta interpretação a tese de Marcello Azevedo sobre a universidade católica moderna: deve ser, na sociedade pluralista, um testemunho de fé viva no relacionamento humano, mais do que um centro de expressão cultural e de doutrinação teológica (cf. supra, p. 13). Já falei dessa “cultura organizacional”: trabalho, seriedade, ética em prática, procura da excelência, disciplina, decência de costumes, “solidariedade” voluntária, trato personalizado.

¹ Pelo menos nos Centros de Porto e Viseu. Não recebi os planos de estudos pré-Bolonha da UCP/Lisboa.

Sem ignorar a exiguidade da minha amostra de entrevistados, não deixou de me impressionar a unanimidade que manifestaram na concordância com esta caracterização da instituição². Facto inédito nas décadas que levo de vida universitária foi observar a mesma unanimidade na quinzena de alunos com quem mantive improvisadas conversas de ocasião; todos elogiaram a sua Faculdade, de maneira mais vincada os de Lisboa, mas, de qualquer das formas, também os do Porto³. Seis deles (três de cada Faculdade), sem que eu tivesse trazido o tema à colação, mostraram mesmo hostilidade à universidade pública onde, alegaram, nunca usufruíam de qualidade pedagógica, empenho e atenção personalizada em termos semelhantes aos proporcionados pela UCP. É curioso que tenha ouvido, aqui e ali, queixas de professores e dirigentes apontadas a um alegado preconceito contra a Universidade Católica por ser católica, e deparado, depois, com um notório azedume de alunos contra a universidade pública por ser pública. Preconceito *versus* preconceito?⁴

O ressentimento para com os poderes públicos é notório nos responsáveis da instituição. O Estado não só deixou de financiar uma pequena parcela do orçamento universitário⁵, ao contrário do que acontece noutros países europeus, como é acusado de ser sistematicamente hostil à UCP no intuito de a inviabilizar. Um dos modos de o fazer, alegadamente, é o de abrir escolas e/ou cursos com o fito de prejudicar escolas e/ou cursos homólogos da UCP já em funcionamento. Terá sido assim com Direito na U. Nova, Biotecnologia na U. Porto (“Mesmo em frente!”), Filosofia em Braga, etc. A própria ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) é acusada de perseguir o Centro de Sondagens (CESOP) da UCP. Em protesto, foi apresentado na União Europeia um rol de 40 queixas concretas desta índole. E o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), apesar de integrar o Reitor da UCP, não fica incólume, pois é acusado de, sub-repticiamente, querer eliminar o ensino superior não público.

Já víramos antes que também no campo católico são apontados adversários da UCP. À esquerda estão os “adeptos do estatismo na educação e na solidariedade, o que é contrário à Doutrina Social da Igreja”; à direita estão os que não lhe perdoam a “abertura ao mundo moderno”, às ciências profanas, à vanguarda do pensamento, a pessoas de outras religiões (“são os mesmos que criticam a Rádio Renascença por ser popular, aberta”). Em geral, terão menos calibre intelectual do que os adversários laicistas não católicos que, além disso, “são coerentes e, até, leais” na afirmação pública das opiniões. A este propósito, foi-me invocado um abaixo-assinado contra

² Só um dos capelães é que mostrou menos entusiasmo em relação a um aspecto específico da vida universitária: a capelania.

³ Nem noutras Faculdades da UCP tinha observado tal atitude, que contraria a minha experiência de muitos anos: em geral, os alunos de uma universidade criticam-na falando com académicos (perante a comunicação social, a prudência é maior).

⁴ Um alto responsável da UCP, antigo professor numa universidade pública, afirmou-me que, até em termos de higiene, notou nítido contraste ao transitar de universidade.

⁵ Eram 6 % que, num dos Governos de António Guterres, foram suprimidos à UCP, segundo informação pessoal fornecida em entrevista. Guterres e o seu ministro da tutela (Guilherme de Oliveira Martins) são poupados nas críticas, que recaem no secretário de Estado à época. A única excepção será o curso de Medicina Dentária, em Viseu, com o Estado a financiar, por aluno, a diferença entre a propina da Escola e a pública, como forma de compensar a não abertura, em tempos prometida, de uma universidade pública na cidade.

a abertura do Centro Regional do Porto, em 1978, subscrito por clérigos locais, cuja aceção da Igreja seria sobretudo sacramental, doutrinária e, na vida pública, “difusa”⁶.

Não surpreende que, sob tal conjunto de auto e hetero-representações, prevaleça a convicção de que a UCP se ergueu contra tudo e contra todos, passo a passo, até se tornar no que é hoje – “A maior realização da sociedade civil portuguesa, nas palavras do seu então Reitor (entrevista pessoal); “Um milagre” de mobilização. “Se não fosse assim, já teria falido há muito, pelas leis do mercado” (idem). E acrescenta: a Rádio Renascença é um fenómeno parecido.

Pela sua extensão, julgo que esta visão, independentemente de ter maior ou menor fundamento, é cultivada na UCP, pelo menos nas Faculdades que estudei, reproduzindo-se ao longo de anos. Tem, como diria Simmel, um efeito integrador no grupo. A existência de adversários poderosos levá-los-ia a sentimentos de despeito ante o sucesso manifesto da Universidade. A visita de um Chefe-de-Estado ou de um alto comando militar estrangeiro à UCP é vista, neste ambiente competitivo, como uma vitória num jogo de soma nula.

Regressando à entrevista com o Reitor, a identidade da Universidade Católica é complexa, às vezes problemática (“É uma preocupação diária”), mas “fortíssima” e, de resto, condição do seu êxito. Em situação de dificuldades, todos “vestem a camisola”, incluindo os alunos. Se for necessário dinheiro, ele aparece em virtude de uma mobilização activa com frentes interna e externa. Como componente da identidade, teríamos ainda uma iniludível identificação dos indivíduos com a instituição e entre si, ao modo dos grupos com “espírito de corpo” que marcam para sempre os que por lá passam lapsos de tempo significativos (escuteiros, militares, etc.).

Por estar solidificada, a identidade da UCP é reconhecida e tida em conta pelos interlocutores, académicos ou não, com quem interage. A parceria com a U. Nova, no âmbito dos MBAs, seria impensável, segundo me foi afixado, sem o respeito da escola parceira por essa identidade. A hipótese de as duas universidades criarem uma nova escola em conjunto segue a mesma linha: não será, obviamente, “católica”, mas, a ir por diante, terá genericamente “inspiração cristã” como marca de água, com capelania e direito de veto concedido à UCP nas nomeações de professores e de alguns dirigentes.

O “AMBIENTE”

Por mais de uma vez, acima, mencionei o “ambiente” invocado pelos meus entrevistados e expu-lo em tópicos. É altura, agora, de lhe dar mais alguma atenção.

Nas palavras de um responsável, um dos elementos matriciais da UCP é o seu modelo de governo, fortemente hierárquico como o da Igreja, do qual será uma espécie de continuidade, em união, consagrada nos Estatutos: a universidade “é uma instituição da Conferência Episcopal Portuguesa” (CEP) (Estatutos da UCP, I, 1^o) e tem como órgãos hierárquicos superiores a Congregação da Educação Católica e a CEP

⁶ Entre aspas, neste parágrafo, coloco palavras e expressões retiradas *ipsis verbis* de entrevista com o Reitor da UCP à época.

(Estat., V, 22º, 2). O Reitor não é eleito; é nomeado pelo Grão-Chanceler (Patriarca de Lisboa) e ratificado por Roma. Como me foi dito, “Não há listas nem campanhas para a Reitoria”, o que, naquele contexto, significa que não há fracturas divisionistas, susceptíveis de descenderem do topo para a base da pirâmide. Assim, mesmo que atingida pelo turbilhão dos tempos – competição global, especialização, fluxos da crescente internacionalização, aceitação de não crentes –, a UCP, não sendo uma universidade eclesiástica, preserva a sua origem eclesiástica, a qual, insistentemente, me foi apresentada como o núcleo identitário donde brota o resto (por exemplo, um modelo de autoridade).

O voluntariado também integra obrigatoriamente a lista das marcas típicas da Universidade Católica. Existe em várias modalidades. Uma é a da colaboração com organizações já existentes, exteriores à universidade, para as quais são canalizados os alunos que se oferecem como voluntários com determinado perfil. O Banco Alimentar Contra a Fome é uma das mais solicitadas, mas não é a única. Por vezes, são os capelães que encaminham os alunos nesta acção.

Outra modalidade é a que resulta de programas da própria universidade, no que conta, frequentemente, com a iniciativa ou a participação das associações de estudantes. Por exemplo, na Faculdade de Lisboa, a “Praxe Solidária” articula o ritual da praxe com acções de solidariedade dos alunos que oferecem trabalho em benefício de uma instituição de beneficência. Também em Lisboa, a prestação voluntária de cursos de formação a IPSS pode ter reconhecimento curricular através da concessão de créditos na área “Desenvolvimento de Competências” aos estudantes envolvidos. Ainda no âmbito académico, acontece uma disciplina de projecto beneficiar uma associação não lucrativa. No Porto, envolvendo todo o Centro Regional, existe a CASO (Católica Solidária) que mobiliza alunos, professores, funcionários e antigos alunos em trabalho de solidariedade. Ainda no Porto, a Faculdade de Economia, através da Área de Economia Social, promove o “Social Spin”, para incentivar e premiar projectos de micro-empresas sociais, aceitando o concurso de estudantes de outras universidades; a mesma Área concede apoio activo ao programa “Formação Acção Solidária” (da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) dando formação e assessoria a dezenas de IPSS (esta seria uma modalidade já de extensão universitária); no total de acções de solidariedade, o Director do Centro do Porto calculava em 300 os alunos envolvidos no ano lectivo de 2011/12, com destaque para os de Psicologia (os de Economia e Gestão não revelavam tanta adesão à actividade)⁷.

De Viseu recebi menos notícias sobre este item. A mais significativa diz respeito à solidariedade interna ao próprio Centro, localizado numa região descrita como “em depressão”, com muita pobreza escondida, também na U. Católica. Por isso, o capelão e alguns colaboradores têm procurado despistar casos de carência entre famílias de alunos e funcionários e interagir com os Serviços Sociais.

Certamente, seria possível adicionar mais exemplos aos acima expostos, o que seria supérfluo numa lista que é, acima de tudo, ilustrativa de uma concepção de

⁷ Informação fornecida em entrevista pessoal.

“cultura católica” inerente ao “ambiente” institucional da universidade, valorizada pelos seus responsáveis na medida em que corresponde ao que consideram uma virtude cristã, voluntária, não estatista, aberta a crentes e a não crentes.

A Pastoral não poderia faltar numa universidade católica. Na UCP, enquadra-se em capelanias implantadas em cada Centro. Para os quatro capelães⁸, o seu múnus não é o da catequese. Nenhum quer ser conhecido como o padre que dá a catequese ou a missa; para isso, há paróquias no exterior. Não quer isto dizer que recusem ministrar os sacramentos, sejam a eucaristia (diária em Lisboa, semanal no Porto, esparsa em Viseu), o baptismo, o crisma ou a confissão; exprime, porém, o entendimento de que, não sendo a universidade, em geral, uma escola eclesial nem um centro de proselitismo, as suas capelanias devem acompanhá-la nesse perfil. Todos os capelães têm por costume circular pelas instalações, falar com os alunos, detectar problemas pessoais que exijam ajuda, divulgar iniciativas, ganhar a confiança das pessoas. Tudo isto contribui para formar o “ambiente” junto de alunos nem sempre muito receptivos a actividades religiosas *stricto sensu*. O capelão de Lisboa diz até que é salutar os alunos não sentirem, no dia-a-dia, um cerco de atmosfera religiosa, pesada, com padres e rezas. Para os formar espiritualmente, esse não seria um caminho eficaz. Muitos, acrescentou, não sabem onde é a capela. O de Viseu vai mais longe: quando tomou posse do cargo, a maioria dos alunos nem sabia que existia capela no Centro. A abordagem descrita, no entanto, não anula o carácter confessional e ministerial das capelanias. Em todas há espaço para a prossecução da formação católica, por exemplo, preparando alunos, e não só, para o Crisma. O mesmo acontece a nível de iniciação, com baptismos de adultos. A direcção espiritual também tem lugar na ocupação dos capelães, nem sempre explicitamente. Por vezes, a capela torna-se um centro agregador de católicos, quase uma paróquia electiva; em Lisboa, a missa diária atrai pessoas de fora.

Sempre que possível, organizam-se actividades como convívios, passeios, peregrinações, conferências, etc. Quase parece, pelo menos nos grandes Centros, que o *campus* é uma cidade multicultural com uma paróquia católica no seu território.

É significativo que, nessa paróquia, pouco ou nada participem os estudantes das Faculdades de Teologia, ao arripio da boa doutrina do ensino superior católico. É que muitos deles são membros de ordens religiosas ou alunos de seminários, todos com as suas pastorais próprias, alguns com regras de disciplina avessas a horários extra-lectivos.

Acerca do que deve ser uma universidade católica, dizia-me um professor da Faculdade de Economia de Lisboa: “Primeiro, foi feito o homem e depois foi feito o homem para Deus. Antes de alguém ser um católico informado, terá de ser uma pessoa bem informada; antes de ser católico formado, terá de ser uma pessoa bem formada. A Católica propicia as condições de partida adequadas para todos serem sérios, rigorosos e saberem ler o mundo; se forem católicos, tanto melhor”.

⁸ Apesar de o Centro de Braga não estar incluído no estudo, conversei com o seu capelão.

OS CRÍTICOS CATÓLICOS

Vimo-lo acima: é corrente na UCP considerar-se que os seus maiores críticos são católicos. Não posso atestar a veracidade da tese, mas, de facto, não me foi difícil encontrar alguns desses católicos, todos considerados de esquerda; havê-los-á, estou certo, também de direita, ligados ao catolicismo mais ou menos integrista, embora tenham ficado de fora desta pesquisa. Por ora, fico-me com o registo de quatro críticos: dois deles ex-alunos e ex-professores da U. Católica nas áreas da Teologia e das Humanidades, um ex-professor de Economia e, finalmente, alguém que, não tendo passado pela instituição, conhece bem os meios católicos. Como sempre, as entrevistas foram feitas em separado.

Comum a todos é o juízo de que a UCP, do ponto de vista religioso e moral, alinha com o conservadorismo vaticano das últimas décadas; do ponto de vista político, coerentemente, filia-se na direita; do ponto de vista de doutrina económica, adoptou e ensina o neoliberalismo⁹. A consistência destas opções em bloco terá obrigado a Universidade, desde o seu início e à medida que abria escolas novas, a controlar cuidadosamente o recrutamento docente. “Eu sei que nunca voltarei a ensinar na Católica por ser um católico de esquerda”, afirmou o professor de Economia. Outro entrevistado, ex-aluno de Teologia, não tem dúvidas de que a criação do curso de Teologia em Lisboa teve, entre outros, o fito de esvaziar o ensino superior religioso do ISET (Instituto Superior de Estudos Teológicos), erigido por acordo entre várias ordens religiosas e dirigido por dominicanos, encerrado por Roma em 1975 a pedido do episcopado português, que o via como um alfobre de esquerdistas¹⁰; os professores “menos fiáveis” não foram transferidos do Instituto para a Universidade Católica¹¹.

O economista vai mais longe: “Na Católica ensina-se o modelo económico dominante, neoliberal, completamente alheio à doutrina social da Igreja e ao Vaticano II, e que esteve na origem da actual crise. Tudo é centrado na microeconomia; mesmo as disciplinas de macroeconomia gastam muito tempo com tópicos microeconómicos. É como se tudo fosse técnico-empresarial, numa Economia única, o que é falso: os fins não são técnicos e resultam de escolhas que têm alternativas. Para aqueles lados, nem o Hayek já é muito apreciado por ser «moderado», «idealista». Enquanto isto, “A teologia chega à Católica via *e-mail* directamente do Vaticano”.

Outro dos entrevistados corrobora a avaliação acabada de expor: alega que, se nas Faculdades de Teologia, a vigilância gera fortes restrições à liberdade académica, nas de Economia e Gestão existe ampla liberdade desde que inclinada para o liberalismo económico e para o culto da competição. Segundo ele, a U. Católica “divinizou o mercado e a competitividade”, tendo feito das Faculdades de Economia e de Direito a elite da sua elite, uma espécie de alta nobreza aliada ao clero numa hierarquia de ordens. É curioso como, em separado, outro testemunho recorda o seu

⁹ Sobre este último ponto, um dos entrevistados pouco se pronunciou.

¹⁰ Sobre as relações entre o ISET, o episcopado e a UCP, v. Martins, 2013.

¹¹ A sua ex-colega adianta que o ensino da Teologia na UCP se clericalizou com os anos, abundando os hábitos e cabeções nos corredores, o que era relativamente raro, sustenta, no seu tempo (anos 1980).

tempo de estudante de Teologia em 1975 (Lisboa): “Havia «o curso dos pobres» – o nosso – e «o curso dos ricos» – o de Economia; nunca nos misturávamos. Mais tarde, Direito juntou-se aos «ricos»”.

Daqui à sugestão de afinidades entre as Faculdades de Economia da UCP e os grandes grupos económico-financeiros vai um passo. Isso seria visível no patrocínio de cursos e prémios, bem como nos nomes de instalações (“Auditório Ilídio Pinho”) ou prédios (“Edifício Américo Amorim”) que reflectiriam acções de mecenato substancial. “A Católica vendeu a alma ao Diabo”, desabafou a este propósito um entrevistado, acrescentando que o mecenas não financia quem não lhe merece confiança, no caso presente, confiança no ensino e no treino de modelos de economia e gestão que sirvam os seus interesses. Se o financiador fosse o Estado, também haveria qualquer contrapartida¹². Ainda assim, acrescentou o meu interlocutor: “O Estado, apesar de tudo o que se diz, é fiador da Católica junto da banca, por causa de uns empréstimos na altura de Cavaco Silva”.

A ideia de um ninho incubador da futura elite dos negócios atrai uma outra: a de um aliciamento precoce dos formandos por parte de grupos especializados no exercício de influência ou, pelo menos, com essa reputação. Afiança-me o economista: “O *Opus Dei* ganhou influência na Faculdade de Economia da Católica de Lisboa. Não podia perder a oportunidade de deitar a mão àquela elite, aos melhores alunos”. Mas outras referências surgem, dando a ideia de uma competição de influência: “A *Comunhão e Libertação* anda a infiltrar-se na Católica e não só em Economia. Conheço gente do movimento que lá está; alguns são padres. Acabam por criar uma rede discreta, mas eficaz”.

Num tom diferente, outro entrevistado também aborda a questão do elitismo. “A Católica é como a hierarquia da Igreja: só valoriza realmente os leigos mais competentes, mais educados, até para o testemunho cristão, o que a faz perder contributos muito ricos”. E esquece, continua, a formação intermédia, de índole profissionalizante, bem como a de gente que a vida foi deixando para trás. Não criou um sistema de «Novas Oportunidades», não tem uma componente de ensino politécnico, não admite um regime de acesso «+23 anos». Prossegue: não alberga diálogo vivo com pessoas e movimentos variados. Porque não colocar em debate a ACEGE, a LOC¹³, sindicalistas católicos? Porque não fazer o mesmo com católicos ideologicamente diversos como, por exemplo, por um lado, João César das Neves e, por outro, Bruto da Costa e Manuela Silva?¹⁴. E aponta lacunas curriculares: a Desigualdade, a Pobreza e a Exclusão Social não podem ficar esquecidas da Economia, o mesmo acontecendo com a Doutrina Social da Igreja que, dada em tópicos soltos aqui e ali, “não é nada”.

¹² Segundo o ex-Reitor da UCP, em Itália o Estado cobre 30% dos orçamentos das universidades católicas, o que as obriga a abrir concursos públicos para recrutamento de pessoal. Ora, “Nós, aqui na Universidade Católica, nunca aceitaríamos uma ingerência dessas” (entrevista pessoal).

¹³ ACEGE: Associação Cristã de Empresários e Gestores; LOC: Liga Operária Católica.

¹⁴ Só depois da entrevista tomei conhecimento de que as *XXII Jornadas Teológicas* reuniram na Faculdade de Teologia de Braga, entre 5 e 7 de Maio de 2011, estes três nomes, num debate sobre a pobreza, com actas publicadas em *Cenáculo*, 2º Série, 50, 197 (2011).

Igual opinião tem o economista entrevistado, sobre a necessidade de integrar uma doutrina social que já é extensa. Mas, esclarece, talvez o esforço resultasse vão, pois o ambiente académico não valoriza saberes desse tipo, que serão esquecidos logo que acabem de ser leccionados; “Cristianismo e Cultura” (apenas com 2 ECTS) é, segundo ele, “uma excrescência” num percurso académico orientado por outros valores. Quanto a Ética Profissional, dá-lhe o que considera a justa medida: toda a gente fala nisso, todas as universidades têm uma ou duas disciplinas dessas, sem que se questionem sobre opções de fundo. Serão uma forma de branqueamento das consciências, no seu entender, julgamento que estende aos chamados “fundos éticos” que “participam activamente no jogo especulativo puro e duro em prejuízo da economia”.

Os problemas de ética também interessam outra entrevistada. Pelo que lhe parece, as cadeiras de Ética Profissional e de Responsabilidade Social abordam a ética na óptica da gestão, dos negócios, e não na da economia, o que, logo à partida, lhes retira alcance crítico sobre uma ordem sócio-económica considerada quase como evidência natural. Aliás, na sua opinião, essa união ideológica sobrepõe-se a outras linhas que poderiam ser de fractura; a alegada abertura religiosa, que permite à UCP recrutar docentes de outros credos, poderá reflectir, antes, um monoteísmo económico. “Será liberalismo religioso ou liberalismo económico?”. Um credo económico partilhado por vários credos?

Sobre o modelo de governo, sentencia um crítico: “Deveria causar vergonha e não orgulho”.

Chega ao fim a primeira parte deste estudo da identidade da Universidade Católica Portuguesa. Nela, pouco mais fiz do que equacionar o objecto do estudo e apresentar os dados que recolhi. Falta uma segunda parte, mais especulativa e, espero, mais estimulante, que relacione duas identidades: a da UCP, claro, mas igualmente a da Economia, se é que posso falar assim.

Parte II

Capítulo 6 – A ética e a espiritualidade do dinheiro

A propósito da “indústria do *consensus*” que parece rodear a ciência económica, Assmann e Hinkelammert (1993: 83) invocam Heidegger e aquilo que ele dizia ser “o pior esquecimento”: esquecermo-nos de que qualquer coisa foi esquecida.

Mas a coisa esquecida deixou rastros. Amartya Sen mostra-nos alguns. Por exemplo, há pouco tempo, a “Economia” era “Economia Política”; em Cambridge, ainda “recentemente”, a Economia era “ensinada (...) como parte do «Moral Science Tripos», seguindo a matriz de Adam Smith, que fora professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow; muito antes, Aristóteles fundara a economia na ética, quero dizer, na ciência do bem e do mal, do “recomendável” e do “censurável”, sabedora da diferença entre riqueza e bem, tanto na *Ética* a Nicómaco como na *Política* (Aristóteles, 1993: 129- 135 [I, 1-5]; 1998 [I, 8-11]: 71-91; Sen, 2012: 19-21).

Nem o actual estatuto científico da Economia (e da Gestão), extensivo ao que Sen chama actividade de “engenharia”, anula a teimosia do substrato normativo. Paul Dembinski lembra-no-lo: qualquer manual que queira parecer um bocadinho sério tem de ensinar que “não há almoços grátis”. Seja assim, mas ocorre, a seguir, questionarmos o estatuto epistemológico de tal sentença: é lei positiva, exortação normativa ou ambas à vez? Seja qual for o seu estatuto, não se ilude que a proposição contém em si mesma uma recomendação política (Dembinski, 2009: 89).

Esta confusão, empurrada pela aura das coisas “científicas”, leva a que na teoria económica as “leis” sejam apresentadas como leis da natureza, isto é, como o são as leis da meteorologia ou da gravidade.

Michael Novak, entusiasta do capitalismo, situado nos antípodas ideológicos de Assmann e Hinkelammert, vê na investigação económica fundamental “conceitos que entusiasma os filósofos e os teólogos” (2001: 145), precisamente porque inerentes “aos complexos fenómenos da escolha humana que têm de enfrentar” (*idem*: 157). A economia, diz, é uma ciência social e deve tornar-se mais humanista. Por isso, deixa um lamento: a sociologia, a psicologia, etc., têm entrado nos currículos dos seminários, mas a economia não. A inversa também é lamentada: nem sempre os economistas têm dado a devida atenção aos estudos dos teólogos. Conclui que “As elites da economia e da teologia têm pesadas responsabilidades uma em relação à outra” (*idem*: 124, 132).

A “indústria do esquecimento” no pensamento ocidental é recente. Quando, na década de 1930. Lionel Robbin, em *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, retirou a ética do âmago da ciência económica por razões de incompatibilidade, sabia que afrontava a opinião então dominante. Levou algum tempo até que

a economia assumisse, como escreve Amartya Sen, um “carácter conscientemente «não ético»”, enquanto as passagens de Adam Smith sobre ética foram caindo no esquecimento e no desuso (Sen, 2012: 20, 21, 44).

A mitologia clássica, no seu arcaísmo obsoleto, também foi esquecida, laboriosamente, o que lhe confere as propriedades das coisas recalcadas – voltam sempre. Na *Política*, Aristóteles fala de Midas (1998 [I, 9]: 81). Este rei da Frígia, também conhecido por Apolo lhe ter posto orelhas de burro, viu saciado o pedido feito a um Baco que lhe devia gratidão por boa acção anterior. Só então Midas se apercebeu de que tinha engendrado uma maldição. Lendo a sua história, ficamos com a impressão de que ele fez o que fez não por ser mau, mas, sim, por ser estúpido ou, no mínimo, por ter cometido uma precipitação resultante da ambição ingénua que era a sua. Quem não quereria, num impulso, tornar ouro tudo aquilo em que tocasse? Só depois, ao pagar em comida e ao trincar metal, é que se apercebeu da insanidade que cometera. Morreria à fome.

Em duas páginas, Peter Singer desenvolve a interpretação aristotélica do mito. Midas simboliza várias perversões fatais: fez do meio (dinheiro/ouro) um fim e da troca de bens um bem em si, tornou ilimitado o que por natureza é ilimitado (as necessidades e, logo, a sua satisfação), confundiu riqueza com dinheiro (um rico não morre à fome)¹.

No fundo, quebrou as leis da “economia natural”. Aristóteles acreditava na esterilidade do dinheiro. Quando compramos um bem e, depois, o vendemos mais caro, acreditamos termos criado valor, o que será uma ilusão. Comprar dinheiro e vendê-lo mais caro, ou “alugá-lo”, será uma dupla ilusão, e odiosa. Para ele, o dinheiro era um instrumento, e só, de troca; no mais, era estéril (Singer, 2006: 115/6). De facto, as economias tradicionais, exceptuando as dos povos mercantis, não parecem obter sentido através da troca. O apreço do camponês tradicional pela auto-suficiência reflecte essa atitude “natural” orientada para a satisfação plena das necessidades próprias traduzida na minimização das trocas. Moralmente, Aristóteles execrava o excessivo amor ao dinheiro como desvio aberrante à “aquisição natural” e perversão da sã relação social. Pode soar a disparatado trazer para este estudo um mito antigo interpretado por um filósofo antigo, de mais a mais usando uma categoria como a “economia natural”. Vejamos, no entanto, o resultado do excesso de dinheiro nos sistemas económicos. A partir de certo ponto, a inflação é um minúsculo problema. O excesso de dinheiro, o excesso de crédito, as “bolhas” que estoiram, talvez nos mostrem a existência de uma economia natural, com limites, com regras fundamentais, cuja violação acarrete consequências destrutivas. Quando um banco cheio desse dinheiro artificial abre falência, eis que nos surge de novo Midas, rico e morrendo à fome. De nada vale um instrumento de troca que não pode ser usado para troca. Ninguém quereria uma “fortuna” em dinheiro se não a pudesse trocar por nada – uma laranja valeria mais. Às vezes, parece que só um *crash* no-lo lembra.

¹ Podemos acrescentar outra perversão: ser rico tornando abundante o que só tem valor se for escasso.

Não por capricho, é tema actual de debate saber se o modelo de economia natural tem pertinência para o discernimento da ética nas economias contemporâneas e para uma boa Doutrina Social da Igreja². De vez em quando, é preciso voltar aos primórdios.

Sabe-se que, hoje, as transacções financeiras ultrapassam em muito o volume das transacções reais. O *Compendium* da Doutrina Social da Igreja não o ignora e denuncia a perversão que tal “economia financeira” contém no seu cerne: torna-se auto-referencial, fixada em si mesma como um fim, assente numa relação de forças extremamente desigual, esquecida (ou inimiga) da economia real, cujas finalidades destrói (§§ 368/9). O Pontifício Conselho Justiça e Paz emitiu juízo não muito diferente em data posterior. Ao contrário do que acontece com a economia de bens físicos, a economia financiarizada é insaturável, ou seja, não conhece limites físicos de acumulação, o que resulta em crises de excesso – excesso de crédito, de liquidez, de bolhas especulativas, num afã “sem regras e incontrolado”, “devastador”, em consequência de uma “ideologia do liberalismo económico”, de um “apriorismo” que não chega de “se confrontar com a realidade” e, assim, se transforma em instrumento de subordinação a interesses de “vantagem económica e financeira” (Justiça e Paz, 2011: § 1). Aqui, a ideia de “realidade” é a de uma “economia real”, quero dizer, de uma economia que não aliena completamente a intuição de a economia natural estar ao serviço das necessidades e do *uso* dos bens.

Ora, as críticas à financiarização da economia denunciam o facto de os produtos financeiros concorrerem com a economia real e de, frequentemente, o fazerem com êxito, deprimindo-a: só haverá investimento produtivo empresarial se a sua esperança de lucro for superior à de uma aplicação bancária ou bolsista de curto prazo (Puel, 2009: 192)³. E, como diz Jacques Bichot, dezenas de milhões de pessoas pressionam os gestores financeiros para obterem rentabilidades elevadas; Bichot refere-se a pessoas de classe média, um pouco por todo o mundo, e não a elites dos negócios, para nos dar a ver as “estruturas de pecado” em que caímos (2009: 76/7), ou, se preferirmos outra linguagem, a “financiarização das mentalidades” que levou ao que Dembinski enunciou: a “financiarização” foi desejada enquanto resultou mais ou menos para todos como resultado de processos opacos (2009a: 316/7).

Bernard Rordorf e Daniel Marguerat, inspirados sobretudo em Jacques Ellul, formulam o problema em termos de “espiritualidade do dinheiro”. Com isso, querem dizer que o dinheiro é uma questão menos moral do que espiritual. Interpretando episódios do Novo Testamento (Mateus 6, 24; Lucas 19, 1-10), Marguerat conclui que Jesus nos interpela não pela pergunta “Que fazes tu do teu dinheiro?”, mas por esta outra: “Que faz o teu dinheiro de ti?” (2010: 35, 41). Por mim, retiro o pronome possessivo. Para Ellul, segundo Rordorf, “o dinheiro impõe-nos uma maneira de pensar” e, portanto, mais do que sabermos se o ganhamos honestamente, importa sabermos “a

² Sobre isto, é instrutivo ler Hugues Puel, 2009 e 2010.

³ Em *Caridade na Verdade*, Bento XVI falou nos “efeitos deletérios sobre a economia real duma actividade financeira mal utilizada e maioritariamente especulativa” (n. 21).

que lógica obedecemos na nossa relação” com ele (Rordorf, 2010: 51/3)⁴. Não sendo neutro, o dinheiro neutraliza tudo; forma de comensurabilidade, reduz tudo à mesma escala aritmética e torna comparáveis bens de outro modo incomparáveis entre si, trocáveis até ao infinito no ciclo venda-compra-venda (ou seja, sem limites), tendo cumprido hoje, sob a forma electrónica, desmaterializada, a vocação que traz no âmago: eliminar os obstáculos à sua circulação. “Um mercado para tudo” – eis o lema do poder espiritual do dinheiro⁵. Acrescento: “Tudo como um mercado”.

Obcecado com a acumulação infinita, o *homo financierius* desliga-se da satisfação das necessidades inerente à ideia de economia natural. Hayek não tem dúvidas: a satisfação do consumo ordinário pelos rendimentos pessoais é “o natural para o assalariado”, mas não para os audazes e empreendedores triunfantes; nestes, a acumulação é o que lhes permite “exercitar a sua vocação”, pelo que o consumo pessoal – limitado por natureza – se torna “secundário”. Dembinski tão-pouco tem dúvidas: soltámos as rédeas à cupidez, ela emancipou-se, passou de interesse a paixão⁶ e foi integrada no discurso moral contemporâneo. Tornou-se virtude e reclamou o seu direito inalienável à remuneração⁷. De caminho, o capitalista rentista, livre de compromissos, elevou-se a modelo das massas trabalhadoras (Hayek, 1991: 391/2; Dembinski, 2009a: 321/7/8).

Hermínio Martins dá-nos um vislumbre da educação moral no Reino Unido, em boa parte executada ou em projecto nas escolas religiosas “muito em moda” naquele mundo novo “mesmo entre famílias irreligiosas”. Honestidade e integridade, que antigamente eram virtudes, agora são aptidões ou competências (“skills”), ao lado de outras como pontualidade, fiabilidade, boa apresentação ou capacidade de trabalho em equipa. O bom catecismo recomenda a “enterprise education” já nos infantários, valorizando o “enterprise curriculum”, tornando-o obrigatório e paralelo ao convencional; nalgumas destas escolas para crianças muito pequenas há sessões onde se contam histórias edificantes sobre empresários de mérito especial e sua importância nacional e internacional. Nas universidades, acontece o mesmo que aqui: professores que se definem como “providers” de “costumers”, conselheiros de “start-ups” e cientistas-empresendedores-accionistas (Martins, 2012: 20-25). Um pouco por todo o lado, as virtudes empresariais entram nos currículos do ensino superior, frequentemente sob o rótulo de “soft skills”, paralelo ao dos “technical skills”. Às vezes, só contêm frivolidades⁸.

⁴ Na madrugada de 04. Março. 2013, um estudante da Universidade do Porto foi assassinado durante um assalto ao recinto da Queima das Fitas. Várias vezes, entre as quais a do Director da Faculdade onde estudara a vítima, apelaram à suspensão dos festejos, o que foi recusado pelos responsáveis da Federação Académica do Porto – o programa seguiu, inalterado. Razão: a suspensão acarretaria um “enorme prejuízo”, “por uma noite que fosse”, nos festejos com um orçamento de um milhão de euros. De facto, quem assumiria os prejuízos? Quem pedia a suspensão pedia o impensável.

⁵ Cf. Rordorf, 2010: 51-57. O autor também recorre a Georg Simmel na caracterização do dinheiro, embora Simmel pareça neutro ao discorrer sobre a neutralização provocada pelo dinheiro.

⁶ Ironia: o mercado era incensado por acolher interesses, tidos por superiores às paixões.

⁷ Um direito natural, parece, que, de resto, nem costuma aparecer como custo no preço final dos bens económicos, ao contrário do que ocorre com o trabalho (cf. Cordonnier, 2013).

⁸ O ISLA já os ministra generosamente. Exemplos de “skills” não muito “technical” ensinadas: “O vermelho significa bravura, amor e fúria, transmite energia. O azul sinceridade e calma, confiança, capacidade de decisão. Gravata cinzenta confere a impressão de homem ambicioso. Amarela, juventude e esperança, verde, inteligência, compreensão, honestidade. Castanha reflecte uma mente aberta e bom instinto para os negócios. Mas *brown never in town*” (*Público*, “2”, 28. Abril. 2013).

Não nos deveria surpreender – mas ainda me surpreende – que os *mercados* tenham sido erigidos a um estatuto transcendente ou, talvez, metafísico. Nas palavras de Dembinski, eles e as suas linguagens são “o único modo de regulação social”, o “arquitecto do Bem”, o “fundamento do laço social”, a “dimensão normativa (...) dos comportamentos” (2009a: 312/3, 324). Alcandoraram-se, como diz Couret Branco, à categoria de fonte e sujeito de Direito, ditando as leis desreguladoras e comportando-se como os indivíduos, as empresas e os Estados ao apresentar-se em litígio fazendo de parte prejudicada por terceiros a reclamar reparação e punição (v. a Organização Mundial do Comércio e as sanções que prevê para os casos de desrespeito dos princípios do livre comércio, mesmo que praticados por decisão democrática soberana) (Branco, 2012: 31/2).

Equivalente geral da vida, medida omnipresente de comensurabilidade universal, o *mercado* circula no mundo como a língua franca que todos, melhor ou pior, entendem, da qual tudo se traduz e para a qual tudo se retroverte. Quem não sabe o suficiente, tem de pagar a um tradutor ou faz fraca figura. Mais: essa língua, com léxico e gramática, tornou-se a fonte de legitimação das nossas escolhas individuais e colectivas, incluindo as éticas. Pelo caminho, vai apagando léxicos obsoletos. Doreen Massey nota como palavras vão sendo substituídas por outra palavra: *pacientes, leitores, estudantes*, etc., transformam-se em *clientes*, com isso revelando que, caso a caso e, depois, em todos os casos, uma espécie de relação “é apagada e substituída por uma relação de compra e venda à qual se dá preferência sobre a anterior” (Massey, 2013: 3; tradução: Martelo, 2013: 10). No limite, chegaremos à distopia de uma novilíngua unidimensional, conceptualmente muito espremida dentro do seu horizonte mental.

O que é bom ou mau, justo ou injusto, sustentável ou insustentável, merecido ou imerecido, é-o segundo aquele padrão, usado também para dirimir conflitos. O *mercado* (com o seu cálculo) é a política e é a vida. Não são raras as interpretações que o colocam no topo do processo evolutivo; outras vêem-no como a vontade abraâmica de Deus. Pelo caminho, perdeu-se algum pudor.

No início de 2013, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) anunciou que o número de vítimas mortais de acidentes rodoviários em 2012 decrescera 15.8% relativamente ao ano anterior. A notícia não podia ficar incompleta: “A ANSR sublinha que a redução do total das vítimas registadas no ano passado proporcionou ao país uma poupança estimada em cerca de 215 milhões de euros em relação a 2011”⁹.

Em 2012, foi tornado público um estudo sobre os impactos das políticas públicas que a Fundação Francisco Manuel dos Santos encomendara ao Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (GEGEA) da Universidade Católica Portuguesa. No caso da política de estupefacientes, outro balanço positivo e completo: os custos de prevenção e tratamento do consumo aumentaram 16%, mas os de saúde (sobretudo de doenças infecto-contagiosas) diminuíram 17%, tendo diminuído também os

⁹ *Jornal de Notícias*, 03. Janeiro. 2013.

prisionais devido à despenalização do consumo¹⁰. Desconheço se foi pedido estudo idêntico acerca do impacto da lei do aborto¹¹.

A própria noção de dever cívico é apurada pela nova sensibilidade. O mesmo acontece com a orgânica dos Governos. Em Janeiro de 2013, o ministro das Finanças japonês sustentou que “os cuidados de saúde para doentes mais idosos significam um custo desnecessário para o país e que a estes pacientes deveria ser permitido morrer rapidamente para aliviar a pesada carga financeira que representa o seu tratamento na economia japonesa”. Não se esqueceu de Deus: “Que Deus não permita que sejam forçados a viver quando querem morrer. Eu iria acordar sentindo-me incrivelmente mal por saber que o tratamento era totalmente pago pelo Governo”. E foi construtivo: a (única) solução é deixá-los “morrer rapidamente”¹².

Mais ou menos pela mesma altura, o secretário de Estado da Saúde português divulgou uma versão oficiosa de carácter preventivo: cada cidadão tem o dever de “reduzir o potencial” de doença, com vista a garantir a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde¹³. Mais avançados estão os Serviços de Imigração neo-zelandeses, que recusaram renovar o visto de trabalho a um imigrante com excesso de peso; o Governo “não quer pagar os custos de saúde com doenças que podem surgir com a obesidade”. Obrigação oficial: “É importante que todos os imigrantes mantenham um estado de saúde aceitável, de forma a minimizar os custos e o trabalho dos serviços médicos”. De facto, a obesidade cria desemprego e exclusão. O imigrante, que tinha visto de trabalho havia seis anos, vivia numa cidade chamada Christchurch¹⁴.

Exemplos destes são comuns na literatura filosófica que disserta sobre o utilitarismo imoderado. O que me admirou foi a facilidade com que os encontrei na imprensa portuguesa actual, prodigalizando opiniões institucionais.

Também os Estados, guindados à condição de empresas, entram no mercado de Estados em competição pelos clientes mais apetecíveis. Grandes empresas e milionários já escolhem “no mercado internacional a melhor oferta estatal” para se registarem como contribuintes, residentes ou cidadãos (Martins, 2012: 34/5).

O cálculo tem horror ao vazio. Obsoletamente, a ética mais comum na tradição católica esforçava-se por resistir a cálculos crus de vantagem e interesse de negócios. Nem o consequencialismo tinha por hábito fazer equivaler brutalmente utilidade e dinheiro nem aferir todos os seus juízos de maximização de felicidade pela maximização de lucros, juros ou rendas, a ponto de disso fazer cultura de massas, pelo menos na Europa; que eu saiba, muito menos projectava constituir-se como ramo de negócio, com “core”, “target” e tudo. Se é certo que tendia a não julgar preferências, mas, apenas, a medi-las, é também certo que um católico não pode legitimamente proceder assim, do mesmo modo que tem de levantar sérias reservas ao libertarismo

¹⁰ *Público*, 04. Dezembro. 2012.

¹¹ Em Espanha, o Ministério da Justiça avaliou uma proposta de lei mais restritiva do aborto considerando-a boa para a economia, por via do esperado aumento da natalidade (*Público*, 28. Janeiro. 2014).

¹² *Público*, 23. Janeiro. 2013.

¹³ *Público*, 09. Janeiro. 2013.

¹⁴ *Público*, 28. Julho. 2013.

alheio ao bem (ou ao mal) que a decisão livre em sede de autopropriedade de si (corpo e bens) produza.

Comte-Sponville recebeu um anúncio da famosa École Supérieure de Sciences Économiques et Commerciales (ESSEC) divulgando um curso de “Princípios de Ética nos Negócios” sob o lema “A ética é uma fonte de lucro”. Preço à época (imprecisa): 98.000,00 francos franceses, mais impostos. Era um anúncio performativo. Nos Estados Unidos proclama-se que “Ethics pays”. Nasceu um “bizarro resultado”, de nome “markética”. O autor rejeita com irritação a confusão dos dois reinos: o da moral¹⁵, que será sempre desprendido, e o da economia, que nunca o é (2006: 37-40, 101). Recorre, para melhor ilustração, à famosa figura do “comerciante prudente”, de Kant: não engana ninguém, nem sequer uma criança, porque sabe que, à “primeira intrujice descoberta” perderia clientes e calcula que, com isso, perderia mais dinheiro do que aquele que ganharia surripiando migalhas. Conclui Kant que o comerciante age em conformidade com o dever, mas não por dever, senão por interesse; age bem por más razões, e, logo, o que faz é desprovido de valor moral (Comte-Sponville, 2006: 40; Kant, 2004: 397/8). A mesma confusão é-nos dada por um exemplo retirado de Michael Sandel, de um anúncio do Better Business Bureau de Nova Iorque: “A honestidade é a melhor política. E é também a mais lucrativa” (Sandel, 2011: 121).

Idêntica avaliação é dedicada a outra moda “ética”: o “respeito pelo cliente”, apresentado como variante do respeito pelo próximo e, assim, dotado de valor moral. Esclarece Comte-Sponville que o cliente “não é um próximo qualquer: o cliente é um próximo solvente”, acrescentando a sua estranheza pelo facto de “o grau de respeito pelo próximo ser proporcional ao seu grau de solvibilidade”. O respeito (moral) pelo grande cliente não deverá ser superior ao respeito pela mulher-a-dias que limpa o escritório de madrugada ou pelo sem-abrigo que pede esmola no passeio. Recomendação do autor: que se seja sério, o que implica não fazer passar por morais valores que são empresariais ou deontológicos (2006: 100/1).

Sob várias designações – Ética Empresarial, Ética e Responsabilidade Social, Responsabilidade Social Corporativa, etc. –, tem alastrado a modernização da ética, isto é, a sua tradução em mercado. Empresas, universidades, associações profissionais e legisladores dão corpo a um poderoso isomorfismo, tanto mimético como normativo, que banalizou a “ética” enquanto “conceito” de negócio (Rodrigues, 2012: 47/8). Hoje, a generalização do modelo de “responsabilidade social” acabou por fazer minguar uma das maiores resistências à sua adopção – o peso das desvantagens competitivas (mesmo a responsabilidade social de fachada origina custos). Valha a verdade e reconheça-se que o debate entre os profissionais dos negócios não tem iludido a grande dúvida aqui tratada, ou seja, saber se aquela “ética” se pratica por ser um dever moral ou, então, por ser um bom investimento. Não é raro acumular-se as duas razões, o que seria, a aceitarmos o argumento de Comte-Sponville, uma maneira simpática de anular a primeira. Por vezes, um escândalo empresarial só

¹⁵ Comte-Sponville usa de preferência o termo “moral”, reservando a “ética” para a ordem do amor (moral: o que se faz por dever; ética: o que se faz por amor para não se cair na aridez do “moralismo”) (2006: 57-60).

é remediável através de medidas de “responsabilidade social” ostensivas sujeitas a escrutínio externo; noutras circunstâncias, a prudência manda que se invista no mercado da reputação, munido de índices bolsistas bastante sofisticados¹⁶.

De facto, o *homo markethicus* profissionalizou a sua actividade, agora passível de rentabilidade maximizada por via de índices, sociedades gestoras de fundos de investimento, associações várias. Nos EUA, em 2010, o “investimento socialmente responsável” representava 11% do mercado, com tendência para crescer. No Reino Unido, a situação era semelhante. No interior deste ramo, anichou-se o “investimento religioso” (católico, *quacker*, islâmico, etc.).

Os “Dow Jones Sustainability Indexes” são uma referência no meio, diversificados por tipos de critérios, de modo a abrangerem grande leque de clientes (alguns poderão não considerar legítimos certos negócios como, por exemplo, o da diversão). Na Europa, o “FTSE4GOOD”, britânico, ganha destaque. O “KLD Catholic Values 400 Index” é um exemplo de índice de empresas que seguem os ensinamentos da Igreja Católica (listadas a partir do “S&P500”); o “Ave Maria Catholic Values”, um conceituado fundo também de orientação católica. Os islâmicos, por sua vez, podem contar com o “Dow Jones Islamic Market Sustainability Index”, entre outros. Há de tudo¹⁷.

Talvez a grande conclusão do estudo estatístico a que procedeu Tiago Tarré (2010) seja a de que, contrariando o senso comum, “ética” e “rentabilidade” não são incompatíveis. Como ele diz, o investimento ético é “particularmente atractivo e exigente” (p. 28); em certos casos, resiste melhor a crises do que o convencional, sendo em geral menos arriscado, com bom potencial de valorização e apto a conquistar quotas de mercado.

¹⁶ O artigo de Lúcia Rodrigues (2012) é uma boa sinopse deste *novo mundo* e da sua literatura.

¹⁷ Cf. Tarré (2010: *passim*), onde o leitor encontrará muitos outros dados. O artigo resultou de dissertação de mestrado na Catholic Lisbon School of Business & Economics, UCP/Lisboa.

Capítulo 7 – Economia e Doutrina Social da Igreja

A natureza social da economia – no seu objecto, no conhecimento desse objecto e nas suas prescrições normativas – obriga os economistas católicos a confrontarem-se com a Doutrina Social da Igreja. A mesma obrigação se impõe às escolas católicas de economia, também confrontadas com a doutrina do ensino superior católico.

Nas versões mais desinibidas, o modelo de *homo oeconomicus* em que se têm vindo a formar os últimos lotes de economistas e gestores sentencia que não há “preço justo”; há preço definido por encontro de oferta e procura, em variadíssimas circunstâncias. Tão-pouco há “salário justo”, visto como preço do trabalho. Para Hayek, estes conceitos não passam de ociosidades escolásticas muito retrógradas. Por extensão, “justiça social” ou “distributiva” só existe como antropomorfismo do pensamento primitivo retomado pelo moderno socialismo totalitário e ... pelas igrejas cristãs que, diz, perderam a fé no sobrenatural e, agora, competem entre si pugnando pela justiça terrena (o autor dá lugar de destaque, na degenerescência cristã, à Igreja Católica) (Hayek, 1982: cap. 9 e “Apêndice ao cap. 9”).

A primazia do mercado – esse lugar, nem justo nem injusto, onde se encontram oferta e procura –, elevado à condição de regulador social objectivo, não deixa de pôr dificuldades à consciência católica. A transacção de tudo sob a mesma régua de comensurabilidade gera um relativismo utilitarista incompatível com a noção de valores intrinsecamente respeitáveis, sem preço. Qual o valor de mercado da virtude? Américo Mendes, católico, professor de Economia da UCP/Porto, sustenta que a partir de certo ponto, o mercado destrói a própria noção de bem comum (2001: 241).

Michael Sandel expõe bem o problema: “O utilitarismo afirma proporcionar uma ciência da moralidade, baseada na medição, agregação e cálculo da felicidade. Pesa as preferências sem as julgar. Todas as preferências têm igual importância. É este espírito acríptico que é a fonte de muito do seu encanto”. Hoje, muitos governantes e gestores procedem assim (Sandel, 2011: 50). No capítulo anterior (p. 20), a propósito do que é uma sociedade justa e boa, ele sustentara que “a maioria das nossas discussões sobre a justiça prende-se com a forma como devem ser distribuídos os frutos da prosperidade ou os fardos dos tempos difíceis”, o que acaba por nos levar à questão dos direitos básicos de todos. O livro começa com a apresentação de uma catástrofe natural nos EUA que fez surgir da devastação uma onda de preços exorbitantes por bens como água e alojamento. A polémica estalou, claro, pondo de um lado a indignação (“abutres”, “ganância”, ...) e do outro a justificação (“é o mercado livre”, “são os valores que os compradores aceitam pagar”, ...).

A preocupação de Américo Mendes sobre o bem comum parece ter fundamento: em situação de catástrofe, prevalece o mercado ou a comunidade? Em necessidade extrema, devemos maximizar a nossa utilidade ou socorrer-nos uns aos outros? Em caso de calamidade económica, os direitos básicos devem ser, ou não, considerados um bem comum?

E por que razão limitar estas interrogações a circunstâncias de excepção? Dito de outro modo, por que não aplicá-las a economias que, de tão desiguais, confinam boa parte da população a um estado de penúria permanente? Em 1891, Leão XIII inaugurou a moderna Doutrina Social da Igreja com um diagnóstico que o afligia: “a abundância da riqueza nas mãos de um pequeno número e a indigência da multidão” (*Rerum Novarum*, n. 1). A preocupação respeitou a sucessão apostólica e vários papas a incluíram nos seus escritos. Quase cem anos depois da *Rerum Novarum*, João-Paulo II, comemorando (e invocando) a *Populorum Progressio*, expôs um “grave problema de *distribuição desigual* dos meios de subsistência, destinados na origem a todos os homens” (*Sollicitudo Rei Socialis*, n. 9). E dispunha: “O verdadeiro desenvolvimento *não pode* consistir na simples acumulação de riqueza e na maior disponibilidade dos bens e dos serviços, se isso for obtido à custa do subdesenvolvimento das multidões, e sem a devida consideração pelas dimensões sociais, culturais e espirituais do ser humano”. Conclui: trata-se de “um facto de ordem moral” (*ibidem*). A Encíclica centra-se na desigualdade entre nações, mas aplica as suas considerações ao interior dos “países ricos” ou “de grande desenvolvimento” (v. nn. 17 e 18). Esta possível ambiguidade é varrida por Bento XVI na *Caritas in Veritate*, publicada em plena crise financeira: o agravamento excessivo das “diferenças de riqueza” é “moralmente inaceitável”; “O aumento sistemático das desigualdades entre grupos sociais, no interior de um mesmo país e entre as populações dos diversos países, ou seja, o aumento maciço da pobreza, em sentido relativo, tende não só a minar a coesão social – e, por este caminho, põe em risco a democracia –, mas tem também um impacte negativo no plano económico com a progressiva corrosão do «capital social», isto é, daquele conjunto de relações de confiança, de credibilidade, de respeito das regras, indispensáveis em qualquer convivência civil” (n. 32); “Nos países ricos, novas categorias sociais empobrecem e nascem novas pobreza” (n. 22); “Nos últimos anos, notou-se o crescimento duma classe cosmopolita de gestores, que muitas vezes respondem só às indicações dos accionistas da empresa, constituídos geralmente por fundos anónimos que estabelecem de facto as suas remunerações” (n. 40).

Dois anos mais tarde, em 2011, o Pontifício Conselho «Justiça e Paz» emitiu uma nota muito dura sobre o sistema financeiro e monetário internacional. Insistindo na dimensão moral da crise (e não apenas na técnica), denunciou que “aumentaram enormemente as desigualdades no interior dos vários países e entre eles”, situação classificada como o “efeito devastador” das ideologias liberais, utilitaristas e tecnocráticas (n.1) no bem comum (n.4)¹.

1 O documento também propunha medidas correctivas – por exemplo, a taxação das transacções financeiras – e provocou irritação no Vaticano e fora dele. Segundo o Osservatore Romano e outra imprensa, em reacção à Nota, T. Bertone, Secretário de Estado, impôs a censura prévia a posteriores publicações vaticanas (cf., com acesso a ambos em 04. Abril. 2013, <http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1350080?eng=y> e <http://www.periodistadigital.com/religion/vaticano/2011/11/14/religion-iglesia-turkson-pontificio-consejo-justicia-paz-polemica-documento-fmi-capitalismo.shtml>

Já depois do período de recolha de dados deste estudo, foi publicada a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Fez furor. Com merecimento, aliás. Mas deve-o ao facto de ter gritado *urbi et orbi* o que antes, da doutrina, ficara nos cómodos da discrição: o escândalo da desigualdade. Ao alarme “Esta economia mata” (n. 53), seguem-se pelo menos nove números² a denunciar as desigualdades da distribuição dos bens. Nos últimos, põe o dedo na ferida: “A desigualdade é a raiz dos males sociais” (n. 202); “Incomoda que se fale de ética, incomoda que se fale de solidariedade mundial, incomoda que se fale de distribuição dos bens, incomoda que se fale de defender os postos de trabalho, incomoda que se fale da dignidade dos fracos, incomoda que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça” (n. 203).

Ou seja, a questão da desigualdade permanece no âmago da Doutrina Social da Igreja e é uma das suas grandes inquietações. Sem adoptar um instrumento de medição (à maneira do Coeficiente de Gini) que permita traçar um limite ao aceitável, não se coíbe de condenar o desrespeito desse limite quando tal é patente por excessivo, e fá-lo nos dias de hoje. Nisso, segue uma tradição doutrinária já antiga que condena a superabundância, quer em si, quer confrontada com a míngua alheia. O excesso de acumulação será “vocação”, mas não virtuosa.

A própria fonte do credo neoliberal – o mercado livre – tem sido olhada com temperança pela doutrina católica. Na *Quadragesimo Anno*, Pio XI nega que a livre concorrência sem travão funde a “recta ordem na economia”; a “prepotência económica”, que o papa receava, é “indómita e violenta por natureza”, devendo, por isso, ser “energicamente refreada” já que “não pode refrear-se nem governar-se a si mesma” (n. 88). Reafirmando a legitimidade da propriedade e da livre iniciativa, também João-Paulo II insistiu na prudência ao denunciar a “«idolatria» do mercado” (*Centesimus Annus*, n. 40). E Bento XVI, na sua Encíclica social, foi assertivo: “o mercado, em estado puro, não existe” pois é dirigido sempre pela ideologia, que o pode perverter e destruir-lhe a solidariedade e a confiança recíproca; ao recusar que hoje se deva “confiar à economia a produção de riqueza para, depois, atribuir à política a tarefa de a distribuir”, estabelece que “os cânones da justiça devem ser respeitados desde o início, enquanto se desenrola o processo económico, e não depois ou marginalmente” (*Caritas in Veritate*, nn. 35-37)³.

Talvez a grande tese de todo este articulado seja a de que, contrariamente à ideia de Hayek, há não só justiça, mas, também justiça social e, ainda, coisas como salário justo. Desde a *Rerum Novarum* que o conceito de dar a cada um o que lhe é devido engloba a distribuição da riqueza, com particular atenção dada ao salariato. “(...) entre os deveres principais do patrão, é necessário destacar em primeiro lugar o de dar a cada um o salário justo”; “Efectivamente, conservar a existência é um dever imposto a todos os homens e ao qual se não podem subtrair sem crime. Deste dever nasce necessariamente o direito de obter o que é essencial à subsistência; e o pobre

² Nn. 56, 59, 60, 188, 191, 202, 203, 204, 218.

³ Antes, no n. 21, lê-se: “O objectivo exclusivo de lucro, quando mal produzido e sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza”.

não o pode assegurar senão mediante o salário do seu trabalho”;“(…) os ricos devem precaver-se religiosamente de reduzir os vencimentos dos trabalhadores, quer pela força, por fraude, ou por qualquer manobra de usura; tanto mais que estes não têm defesa suficiente contra a injustiça, e porque os seus haveres, por serem poucos, têm por isso um carácter mais sagrado” (*Rerum Novarum*, nn. 14, 32).

A orientação da *Quadragesimo Anno* é idêntica. “Primeiro, ao operário deve dar-se remuneração que baste para o sustento seu e da sua família. (...) E se as actuais condições não permitem que isto se possa sempre efectuar, exige contudo a justiça social que se introduzam quanto antes as necessárias reformas, para que possa assegurar-se tal salário a todo o operário adulto” (n. 71).

Bento XVI prosseguiu esta orientação na *Caritas in Veritate* ao estipular que um trabalho decente deve ser decentemente pago (n. 63). Numa linguagem mais moderna, actualiza a advertência da *Rerum Novarum* sobre métodos coercivos para baixar salários pobres (são “uma violência” indigna – n. 32): constatando a competição entre Estados pela captação de investimento estrangeiro, denuncia a “desregulamentação do mundo do trabalho” como “grave perigo para os direitos dos trabalhadores, os direitos fundamentais da pessoa humana e a solidariedade realizada nas formas tradicionais do Estado Social”, bem como para “as liberdades sindicais ou a capacidade negociadora dos próprios sindicatos” (um bem a ser “honrado, hoje ainda mais do que ontem”) (n. 25).

Em síntese, segundo a Doutrina Social da Igreja, (I) não há verdadeira caridade sem justiça; (II) a justiça tanto é distributiva como redistributiva. O desrespeito por este duplo enunciado desaguará “no assistencialismo que humilha o sujeito necessitado” (*Caritas in Veritate*, n. 58), isto é, uma solução de remedeio nefasta que se tem expandido em tempos de crise, de definhamento do Estado Social, de desregulamentação laboral (há empresas que poupam em salários e gastam em assistência aos seus trabalhadores). A própria Igreja, por esta via, modera o princípio da gratuidade (nn. 34/7/9), do dom gracioso, que recomenda como bom sem, contudo, dever confiscar o que é da justiça equitativa. A gratuidade, diz Marcel Henaff, pode ser abusiva, destruidora da reciprocidade, criadora de dívida simbólica permanente⁴, mais injusta do que o mercado, o trabalho “merece salário (...), não concessões paternalistas” (2010: 17/8, 27).

A avaliação moral de Bento XVI acerca da crise mundial não é dúbia. Ele aponta o dedo aos “efeitos deletérios sobre a economia real dum actividade financeira mal utilizada e maioritariamente especulativa” (*Caritas in Veritate*, n. 21). Tão-pouco o Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, no seu documento de 2011, modera o qualificativo: liberalismo económico, ideologia utilitarista e grandes interesses segregam um “efeito devastador” (Justiça e Paz, 2011: n. 1). Na Encíclica, o Papa, pelo menos duas vezes (nn. 24 e 37) realça a fraqueza dos governos mediante os potentados

⁴ Pierre Bourdieu (1980) estudou, na sociedade cabila tradicional, a transformação simbólica que permite ao explorador apresentar-se como senhor da dádiva.

financeiros cada vez mais móveis e extraterritoriais, sendo referidos estes novamente (n. 40) a propósito da deslocalização produtiva passível de erodir as ideias de comunidade e bem comum. A força da alta finança e dos “gestores cosmopolitas” expõe-nos, naturalmente, ao juízo moral. A decisão económica tem, sempre, implicações morais, no entender de Bento XVI (n. 37), ao que o P.C. “Justiça e Paz” apõe o carácter volitivo das escolhas feitas, irreduzíveis a “meras variantes técnicas” (n. 2). Todavia, a responsabilidade desce a pirâmide, inclusive chegando ao acto de consumo (*Caritas in Veritate*, n. 37). Mais em geral, na economia manifestam-se “os efeitos perniciosos do pecado”, em parte porque a economia se quis fora do campo moral (n. 34), noutra parte porque a imersão em constrangimentos estruturais dilui o sentimento de responsabilidade.

Eis, então, um dos mais sugestivos conceitos da Doutrina Social da Igreja: “estrutura de pecado”. Ainda sem esta designação, é introduzida por João-Paulo II na Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia*, em 1984, na sequência do Sínodo de Setembro de 1983 que falara muito de “pecado social”, e numa altura em que “a absolvição colectiva estava na moda” (Bichot, 2009: 66). Atento, o Papa, primeiro na Exortação e, depois, na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, vem recentrar o problema no plano pessoal, recusando “socializar a responsabilidade”, mas encadeando-o, a montante e a jusante, em contextos estruturais, herdados e, igualmente, transmitidos. No n. 16 da Exortação proclama o que é muitas vezes chamado de “individualismo metodológico”: “(...) *pecados sociais* (...) comportamentos colectivos de grupos sociais, mais ou menos vastos, ou até mesmo de nações inteiras e blocos de nações (...) são o fruto, a acumulação e a concentração de muitos *pecados pessoais*. Trata-se de pecados pessoalíssimos de quem suscita ou favorece a iniquidade ou a desfruta (...) por preguiça, por medo (...) por cumplicidade disfarçada ou por indiferença (...) aduzindo razões especiosas de ordem superior. Uma situação – e de igual modo uma instituição, uma estrutura, uma sociedade – não é, *de per se*, sujeito de actos morais (...)” (*apud Sollicitudo Rei Socialis*, n. 36).

A passagem para a Encíclica indicia um deslocamento do *individualismo metodológico* (R. Boudon) para a *dualidade da estrutura* (A. Giddens): a acção – sempre com alguma margem de liberdade – ocorre em “condições de acção” e produz “consequências” que se tornam em “condições de acção”; más acções (ou más omissões) resultam em constrangimentos negativos transmitidos à estrutura; estes constrangimentos tanto podem reproduzir como alterar as condições de acção. Ao repudiar limitar-se à “análise sócio-política” (nn. 35 e 36), João-Paulo II não nega os constrangimentos da “estrutura”, que existem, e “vão muito além das acções de uma pessoa e do breve período da sua vida”, atingindo o “desenvolvimento dos povos” (*ibidem*). Jacques Bichot di-lo com mestria: agimos sob constrangimento e alimentamos estruturas de constrangimento; as estruturas resultantes de acções anteriores limitam-nos no que queremos e achamos justo, limitação esta que limitará o que quisermos e acharmos justo no futuro; portanto, “camadas sucessivas” de estrutura limitam as boas acções. No entanto, há liberdade de escolha e “as boas acções desconstroem estas estruturas

de pecado” (Bichot, 2009: 70/1). Nos nn. 37 e 38 da Encíclica são-nos dados exemplos de atitudes insertas em estruturas de pecado: “avidéz exclusiva do lucro” e “sede do poder”, interpretadas como instrumentos de exploração.

O mesmo Jacques Bichot oferece-nos mais exemplos de estruturas de pecado bem como dos dilemas morais que criam. Se existe consenso para a honestidade, escreve, a tentação de enganar é afastada. E quando acontece o contrário? Dentro de um padrão muito comum, a honestidade total nos negócios é uma desvantagem. O vendedor que exponha toda a verdade não é levado a sério; um gestor de fundos que o faça corre o risco de não ter clientes. Se for cristão, deve ser verdadeiro e não omissivo, mas isso poderá conduzi-lo ao despedimento para, a seguir, ser substituído por um colega menos escrupuloso. Como agir? Como gerir com sensatez um Fundo, em perspectiva de médio/longo prazo, se um gestor é avaliado a curtíssimo prazo e pago segundo esse critério? Muita gente, em geral preocupada com o próximo, uma vez mergulhada na “cultura do totalitarismo financeiro”, passa a ser “profissional”, quer dizer, deixa de se preocupar com o próximo, que é uma variável espúria na equação do negócio⁵. Estrutura de pecado, afirma Bichot. A própria opacidade do sistema financeiro é, segundo ele, estrutura de pecado⁶.

O problema mais excruciante para um crente é o de saber até que ponto as instituições católicas se cristalizaram em estruturas de pecado. O marista Afonso Murad lastima-lhes um frequente comodismo laxista: afinal, todos fazem o mesmo e se a causa final é boa... (2005: 575). Deve uma paróquia aplicar as suas reservas financeiras no imobiliário ou num projecto de desenvolvimento (Ars, 2010: 86)? O Instituto das Obras da Religião tem sido gerido como um problema técnico, e só, ou com o amparo da Doutrina Social da Igreja (Puel, 2009: 194)? Seguem as escolas de Economia e Gestão católicas com zelo a recomendação da P.C. Justiça e Paz para que na formação das “classes dirigentes de amanhã” lhes incutam o discernimento do “bem público global” ensinando-lhes solidariamente técnica e ética⁷?

⁵ No máximo, conterà a variável do “próximo solvente”.

⁶ Bichot, 2009: 73-85. A *Caritas in Veritate*, no n. 46, adverte contra a “rotulagem exterior” de certos “fundos éticos” pouco éticos e, no n. 65, contra a sofisticação de muitos instrumentos financeiros “que possam atraíçar os aforradores”; no n. 40, condena em geral a gestão de “breve prazo”, especulativa, descuidada da sustentabilidade a longo prazo das empresas.

⁷ Justiça e Paz (2011), n. 4.

Capítulo 8 – O negócio de ensinar a negociar

Comecei este texto em volta de duas interrogações. Como é que uma instituição de filiação religiosa, ao vender bens económicos, tem sucesso em mercados religiosamente indiferentes ou hostis? E como é que, em tais ambientes, a referência “cristã” ou “católica” constitui uma “marca valiosa”?

A menos que essa instituição se feche num gueto de devotos mobilizados, as respostas às perguntas acima pressupõem uma exigência: a actividade económica exercida é “aberta a todos”, sem sectarismo, tendência que, na competição do mercado, acabará por passar, com prudência, dos clientes para os profissionais da instituição. Não é difícil deduzir que, em semelhante meio, as manifestações culturais serão discretas. Teríamos, aqui, um caso típico de “adaptação ao meio”.

À partida, o rol de escrupulos ético-religiosos da actividade mercantil é simples: respeito pela legalidade, rejeição da corrupção e da fraude, etc. Pode-se acrescentar-lhe o “bom ambiente”, ou seja, uma boa experiência interna à instituição e um exemplo (um “testemunho”) para o exterior, como se fosse a expressão da “vocação no mundo”.

Porém, no mundo dos negócios – e é disso que falamos –, o padrão moral costuma ser mais baixo do que o das outras actividades lícitas. É um padrão que, como vimos, admite, ou incentiva, a omissão, o mesmo fazendo quanto ao *bluff*, quer dizer, à informação deliberadamente falsa. Por isso, A. Z. Carr “comparava a ética nos negócios com a do jogo do póquer” e achava a “outra” ética um luxo (cf. Rodrigues, 2012: 52/3). Daí que o isomorfismo mimético empresarial exija vigilância aos mais escrupulosos.

Comte-Sponville diz que os grupos têm tendência para o *pesadume*, para *descerem*, nos *primados*, das “ordens superiores” para as “inferiores”, do amor e da moral para a técnica e a economia, impondo-se àqueles seus membros que, enquanto indivíduos, têm capacidade para *subir nas primazias* (2006: 117/8). É outra maneira de colocar o problema. Aliás, já atrás eu falara de Jacques Bichot e do que ele entendia serem os riscos da condição de “profissional”.

Este tipo de tensão inerente aos negócios assume características específicas quando o negócio é ensinar. Por sua vez, ainda mais particular é o caso em que o negócio é ensinar a negociar.

Dentro do ensino de filiação religiosa, os cuidados pedagógico-morais são muito evidentes em alguns ramos: teologia, logo à cabeça, mas também biotecnologias, são exemplos intuitivos. Infelizmente, a economia, as finanças e a gestão têm desmerecido a prioridade das preocupações, não surgindo como áreas sensíveis e,

nisso, são agudamente insidiosas. Diga-se, ainda, que as preocupações devem ser extensivas quer à investigação (prioridades, soluções de “engenharia”, etc.), quer à extensão universitária (com que peso, com quem e para quê).

Em se tratando de universidades católicas, pelo menos naquelas erigidas pela hierarquia, as primeiras orientações normativas emanam do cânone eclesiástico regente do ensino próprio da Igreja, pelo qual se guiam os estatutos de cada estabelecimento. Ora, neste aspecto, as escolas de Economia e Gestão da UCP não cumprem muitas das injunções a que estariam obrigadas. Como vimos antes, nos seus planos de estudos inexistem ou são muito raras disciplinas de Teologia/Cristianismo, Doutrina Social da Igreja, Filosofia e Ética Cristã. É possível, em certos casos, atravessar vários ciclos de estudos – graduação e pós-graduação – e efectuar especializações sortidas sem se cursar qualquer destas matérias, ora por não constarem dos currículos, ora por serem opcionais a descartar, falhas de interesse, para o que contribuí a Universidade ao atribuir-lhes muito poucos créditos (equiparando-as a outras igualmente desvalorizadas). Por vezes, a solução para o problema é mais ou menos remendada através da inclusão de tópicos isolados em alguma cadeira. O fraccionamento resultante da especialização excessiva, condenado nas Constituições Apostólicas pertinentes, é, de facto, promovido pelas autoridades académicas.

Por vezes, as disciplinas de Ética (profissional), cuja distribuição nos planos de estudos é modesta, tentam suprir esta lacuna, mas fazem-no com limitações compreensíveis. Em primeiro lugar, tendem para a ética empresarial, mais do que para a económico-social. Mesmo assim, é possível conterem, o que acontece nas licenciaturas de Economia e de Gestão da UCP/Porto, temas como “distribuição da riqueza e/ou rendimentos” e “justiça económica, justiça social”. De qualquer modo, a receptividade dos diversos cursos a cadeiras sobre Pobreza e Exclusão Social é, em geral, muito escassa. À medida que se sobe nos nichos de MBAs e Formação Executiva, os cursos inclinam-se para componentes exclusivamente técnicas. O problema, conforme constatámos acima, é comum a outras universidades católicas e protestantes, estrangeiras. A competição, ao que me disseram, arrasta-as para a especialização técnica na disputa por clientes. O Processo de Bolonha, com a contracção dos ciclos de estudos, mais terá forçado essa inclinação. Por fim, a montra dos *rankings* de cursos e escolas pouca margem deixará a uma formação alternativa de teor mais humanístico. Tudo somado resultaria num constrangimento inelutável a exigir adequada adaptação sob pena de eliminação pura e simples. Assim, muita da doutrina sobre o ensino católico estaria derogada porque inaplicável; caída em desuso, só o excesso de zelo a reanimaria, efemeramente, de resto, pois consistiria num auto-boicote fatal. Nesta leitura, as pouquíssimas disciplinas de Cristianismo, Doutrina Social da Igreja, etc., seriam não excrescências, mas, antes, focos da resistência possível, transferindo-se a maior responsabilidade da formação católica para o “ambiente”.

Perguntemo-nos, todavia: as escolas católicas *sofrem* a concorrência de quem? Globalmente, sofrem a concorrência de todas as escolas homólogas, o que, por sua

vez, leva a concluir que as escolas católicas não são vítimas nem cúmplices involuntárias (v. supra, p. 11) da rija competição entre universidades e do que ela implica; são participantes activas do processo, suas contribuintes líquidas, sobretudo quando ascendem ao topo dos grandes *rankings* internacionais e tudo fazem para aí permanecerem, se possível trepando mais alguns lugares, exibindo dessa forma a marca “católica”. Além disso, as universidades de referência têm a capacidade de desencadear isomorfismo normativo, a difundir-se noutras universidades e nos grupos profissionais¹.

Os mais credenciados *rankings* do mundo são construídos e legitimados sem obediência à Doutrina Social da Igreja, mas dificilmente as universidades católicas podem adoptar igual atitude. A sua inclusão nesses *rankings* não as impede de criar e divulgar alternativas de avaliação sérias que reflectam, em algum grau, a doutrina que as deve guiar. O *ranking* do *Financial Times*, muito prestigiado, alberga, por entre outros critérios de avaliação, o nível salarial dos ex-alunos das escolas de Gestão, facto que, segundo a então Directora da *Católica Lisbon School of Business and Economics*, impossibilita a escola de subir ainda mais no *ranking*, já que várias concorrentes estrangeiras garantem rendimentos muito mais altos (v. *Público*, 5. Dezembro. 2011). Ora, o critério do nível salarial é perfeitamente opaco à matriz da Doutrina Social da Igreja, já que nada nos diz sobre a relação proporcionada ou desproporcionada entre rendimentos de gestores e de restantes trabalhadores, podendo, assim, atropelar o princípio católico de contenção das desigualdades distributivas. As faculdades católicas de negócios poderiam fazer parte do *ranking* do *Financial Times* e, em simultâneo, promover um *ranking* aberto também a critérios que são da sua doutrina social.

Outra exigência do mesmo *ranking* é passível de interrogações idênticas: em matéria de formação para gestores (aberta ou à medida), só é elegível uma escola que, nessa área, facture por ano um mínimo de dois milhões de euros, facto que vocaciona a formação para gestores de elite ou com meios próprios avultados (em 2012, este tipo de ensino rendeu 14 milhões de euros à *Católica Lisbon School of Business and Economics* – v. *Público*, 13. Maio. 2013). Ou seja, é um critério que pode separar em absoluto duas escolas em tudo semelhantes excepto nas propinas cobradas e nas posses dos alunos.

Aliás, o justo salário e a relativa equidade da distribuição dos rendimentos nas empresas são temas tendencialmente omissos na literatura que trata da responsabilidade social corporativa e do investimento ético. Em dois artigos panorâmicos sobre estes assuntos (Rodrigues, 2012; Tarré, 2010), o mais comum que encontrei foram tópicos respeitáveis mas diversos: ambiente, saúde e segurança no trabalho, fornecedores, consumidores, filantropia, microcrédito, impostos, corrupção, armamento, branqueamento de capitais, etc. Quanto aos trabalhadores, nem sempre são

¹ Sobre isomorfismo normativo, v. Rodrigues, 2012: 48 e 58.

incluídos nos *stakeholders*. As referências que lhes são feitas tendem para a generalidade das declarações de bons princípios, pouco ou nada nos esclarecendo na matéria salarial: considerar o “moral dos trabalhadores” como activo, “respeitar os trabalhadores” e os “direitos humanos”, incentivar a formação profissional, recusar a discriminação de género ou étnica, aceitar a liberdade sindical, etc. Os “Dow Jones Sustainability Indexes” criaram, é verdade, um questionário de selecção² que inquiri sobre a remuneração dos dirigentes empresariais numa óptica de sustentabilidade (incentivos de curto ou longo prazo e “golden parachutes”), embora deixe de fora, tanto quanto sei, a política salarial como um todo, nomeadamente no resto da cadeia, cujo grande critério poderá ser: “o máximo valor para os accionistas”. A única referência que encontrei sobre o “justo salário” como critério dum índice de investimento ético foi o do “KLD Catholic Values 400 Index” (Tarré, 2010: 25-27) na linha da Doutrina Social da Igreja. Mais ampla e ambigualmente, a Comissão Europeia, num documento seu, engloba na Responsabilidade Social Corporativa a promoção da “igualdade social” (Rodrigues, 2012: 42).

Logo no começo deste estudo, deparou-se-me uma dicotomia desconcertante ao verificar os planos de estudos da UCP: a Doutrina Social da Igreja, inexistente ou opcional nas licenciaturas em Economia e Gestão, é, contudo, obrigatória nas de Serviço Social (Lisboa, Viseu e Braga). Porquê? Por se entender que “os cânones de justiça [não] devem ser respeitados desde o início, enquanto se desenrola o processo económico, e não [mas só] depois ou marginalmente”, contrariando o recomendado no n. 37 da *Caritas in Veritate*? Por se retirar a Doutrina Social da Igreja do âmbito da distribuição e confiná-la à redistribuição mais ou menos assistencialista? Por a Doutrina Social da Igreja não ter valor de mercado no negócio de ensinar a negociar?

Neste universo cheio de constrangimentos, cumplicidades e dilemas, a certa altura o “ambiente” pode constituir a única via para conferir a uma escola alguns sinais de filiação católica, como se fosse a resistência possível à submersão na cultura profana. Parece pouco, porém, até porque a cultura profana pode conter sementes profanadoras, criando um embaraço análogo ao do dinheiro como problema espiritual, antes de ser moral. A Teologia, à semelhança da Doutrina Social da Igreja, não é parte desse “ambiente”.

Temos ouvido muitas vozes aborrecidas com o facto de, nestes dias de crise, as escolas de Economia da UCP não nos aparecerem como a grande referência nacional dos estudos sobre desigualdade, pobreza e exclusão social³. Dir-se-á que são vozes individuais ou, pelo menos, não institucionais. Acontece, porém, que a própria Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), “dona” da UCP, tem denunciado em linguagem nada branda os efeitos deletérios da crise económico-financeira na população

² O “SAM – Sustainable Asset Management” – v. Tarré, 2010: 18-21.

³ Frei Bento Domingues é uma dessas vozes. Ver, por exemplo, *Público*, 26.09.2010, 15.01.2012, 25.03.2012, 13.01.2013, 22.12.2013 (Revista “2”).

mais vulnerável, sujeita a medidas de sofrimento, indignidade e injustiça⁴. Dir-se-á, porventura, que a UCP segue o seu rumo com independência académica cumprindo o que lhe compete; seja. Mas também temos conhecimento de um bispo, ex-vice-reitor, vir a público denunciar a ferocidade desumana dos gestores formados na UCP, não tendo sido capaz de contrariar o padrão de ensino ministrado na instituição que, aparentemente, contrariou, incólume, a preferência de uma sua autoridade executiva; trata-se, outra vez, de uma independência, agora de natureza menos clara. Talvez, para a aclarar, se possa estender a “teoria da origem natural” das coisas económicas, explicada em artigo de Couret Branco: o mercado, a distribuição de rendimentos, etc., têm origem natural, isto é, seguem leis da natureza, leis que não se submetem a referendo ou a disputa política; os economistas, podendo ser democratas, creiam que a democracia não se aplica à economia (Branco, 2012: 26-29). Por extensão, o ensino das coisas económicas (e da gestão) não se submeteria a escrutínio político (interno) e a Doutrina Social da Igreja não se aplicaria à economia.

⁴ Muito crítica foi a Assembleia Plenária de 7 a 10 de Novembro de 2011. A sua mensagem final usou linguagem inusitada naquele órgão ao denunciar os “obscuros jogos do capital”, a “excessiva especulação financeira” bem como as “condições desumanas” em que ficam os mais pobres. Na conferência de imprensa final, o porta-voz da CEP manteve o tom, verberando a “ditadura do capital”. Dias antes, a Comissão Nacional Justiça e Paz atacara a Proposta de Orçamento de Estado para 2012, que revelaria “uma chocante insensibilidade social” ao promover “um aumento drástico da incidência da pobreza e das desigualdades” por causa de uma “opção ideológica pelo chamado «Estado mínimo»” (cf. *Público*, 10 e 11 de Novembro de 2011). Em Novembro de 2013, a CEP voltou a denunciar em comunicado a situação sócio-económica do país e o tipo de medidas adoptadas quanto ao desemprego (“...a tendência para promover o emprego através do cerceamento dos direitos dos trabalhadores” (cf.: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=97721> – acesso em 06.02.2014).

Epílogo – Uma caricatura da secularização?

A secularização fez a sua lei. De cada vez que escrevo sobre estes assuntos, repito Marcel Gauchet. “Eis o mistério do mundo em que vivemos: por mais religiosos que sejam os indivíduos, a sociedade que eles formam permanece atea nos seus princípios e nos seus mecanismos” (1985: 12); “Pode-se conceber, no limite, uma sociedade [organizada] para além do religioso”, “onde a fé se torna uma opção sem influência nem alcance na definição da organização colectiva”, numa derrocada da “religião infraestrutura” e na sobrevivência da “religião superestruturura” (1997: 133, 235/6). No meio de um pluralismo religioso que alguém chamou de “ateísmo social mais ou menos difuso”, as instituições especializam-se – umas são profanas, outras são religiosas; estas, pela força das circunstâncias, tornam-se heterotopias, isto é, regem-se “por normas precisas, válidas apenas no seu interior” para, aí, e só aí, regularem “as relações sociais aí desenvolvidas”¹. Por sua vez, as instituições religiosas especializadas sofrem novo processo de especialização e dividem-se em sub-instituições religiosas e profanas. Temos, assim, no caso em apreço, a capelania e o “produto”. As consciências também se especializam, à vez – ora a crente, ora a profissional².

Caricatura? Talvez. Mas, a menos que a caricatura seja muito má, nela costuma reconhecer-se o caricaturado. Que Deus me perdoe o atrevimento da falta de talento.

¹ Conceito formado por Silvano (1997: 131) a partir de Foucault (2001).

² Para lá de todos os limites, poderíamos imaginar professores crentes numa escola confessional que, acoitada pelo meio, escorregasse por um mimetismo adaptativo abaixo até se tornar numa estrutura de pecado agnóstica. No fundo, a intenção seria boa.

Bibliografia

- ARISTÓTELES (1993). *Ética Nicomáquea. Ética Eudemia*. Madrid: Editorial Gredos.
- ARISTÓTELES (1998). *Política*. Lisboa: Vega.
- ASSMANN, Hugo, HINKELAMMERT, Franz J. (1993). *L'Idôlatrye du Marché – Critique Théologique de l'Économie de Marché*, Paris: CERF.
- BENTO XVI (2009). *Caridade na Verdade*. Prior Velho: Paulinas.
- AZEVEDO, M. (SJ) (1990). “Universidade Católica e Transmissão da Fé Cristã”. *Perspectiva Teológica*, 22: 69-88.
- BICHOT, Jacques (2009). “*Sollicitudo Rei Socialis*: Finance et Structures de Péché”. In Paul H. Dembinsky (Dir.) *Pratiques Financières, Regards Chrétiens*. Paris: Desclée de Brouwer: 59-87.
- BONÉ, É. (2001). “Commentaire”. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui* (pp. 201-209). Paris: FIUC.
- BOURDIEU, Pierre (1977). “La Production de la Croyance – Contribution à Une Économie des Biens Symboliques”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 13, février: 3-43.
- BOURDIEU, Pierre (1980). “Les Modes de Domination”. In *Id, Le Sens Pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit: 209-231.
- BRANCO, Manuel Couret (2012). Economics Against Democracy. *Review of Radical Political Economics*, 44 (1), March: 23-39
- CABRAL, Manuel Villaverde (2001). “Prática Religiosa e Atitudes dos Portugueses numa Perspectiva Comparada”. In José Machado Pais, M. V. Cabral, J. Vala (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 2 – Religião e Bioética*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 21-71.
- CARO, J. M. S. (2001). “Comentario” : Las Universidades católicas españolas entre las Francesas y las Romanas. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui*. Paris: FIUC: 63-84.
- COMTE-SPONVILLE, André (2006). *O Capitalismo Será Moral? Acerca de Alguns Ridículos e Tirantias do Nosso Tempo*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- CORDONNIER, Laurent (2013). “Custo do Capital, a Questão que Muda Tudo”. *Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa)*, Julho.
- COSTA, Joaquim (1998). “A Violência Legítima, a Autoridade Científica e a Teoria dos Campos em Pierre Bourdieu”. *Cadernos do Noroeste*, Vol. 11(1): 201-226.
- COSTA, Joaquim (2006). *Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais – focolares, carismáticos e neocatecumenais em Braga*. Porto: Afrontamento.

- COSTA, Joaquim (2011). "O Zapping do Cristão". In Ana. M. Brandão & Emília. R. Araújo (Orgs.), *Intersecções Identitárias*. V. N. Famalicão: Húmus: 21-35.
- COSTA, Joaquim (2012). "A Universidade Católica é uma universidade católica?". Actas do VII Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia (Porto, 19-22 de Junho de 2012) (acessível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0661_ed.pdf)
- DEMBINSKY, Paul H. (2009). "Caritas in Veritate: de l'Incomplétude de la Pensée et da la Pratique Économique". In Paul H. Dembinsky (Dir.) *Pratiques Financières, Regards Chrétiens*. Paris: Desclée de Brouwer: 89-93.
- DEMBINSKY, Paul H. (2009a). "La Financiarisation: un Enjeu de Civilisation". In Paul H. Dembinsky (Dir.) *Pratiques Financières, Regards Chrétiens*. Paris: Desclée de Brouwer: 311-331.
- FOUCAULT, Michel (2001). "Des Espaces Outres". In *Id, Dits et Écrits*, vol. 4. Paris: Gallimard: 752-762.
- FRANCISCO (2013). *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/dlds/bo/EVANGELIIGAUDIUMPapaFrancisco2013CEP.pdf_01.12.2013
- GAUCHET, Marcel. (1985). "La Religion de la Sortie de la Religion". *Autrement*, 75, décembre: 12-17.
- GAUCHET, M. (1997). *Le Désenchantement du Monde – une histoire politique de la religion*. França: Gallimard.
- GLEASON, P. (2001). American Catholic Higher Education Since World War II. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui*. Paris: FIUC: 269-295.
- HANSENS, V. (2001). Commentaire. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui*. Paris: FIUC: 139-148.
- HAYEK, Friedrich A. (1982). *Droit, Législation et Liberté – 2 – Le Mirage da la Justice Sociale*. Paris: P.U.F.
- HAYEK, Friedrich A. (1991). *Los Fundamentos de la Libertad*. Madrid: Unión Editorial.
- HELLWIG, M. (2001). The American Catholic University and the Apostolic Constitution Ex Corde Ecclesiae. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui*. Paris: FIUC: 297- 341.
- HENAFF, Marcel (2010). "Logiques de l'Argent et Gratuité". In *Lumière & Vie*, n° 286, avril-juin: 17-30.
- "JUSTIÇA E PAZ", Pontifício Conselho, 2005, *Compendium da Doutrina Social da Igreja*, Cascais: Principia.
- JUSTIÇA E PAZ, Pontifício Conselho (2011). *Para uma Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional na Perspectiva de uma Autoridade Pública de Competência Universal*. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace (acesso em 04.04. 2013).
- KANT, I. (2004). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto: Porto Editora [Com as referências de página da edição alemã convencionalmente usada para identificar citações].
- KERKHOF, J. (2001). Les universités catholiques de Belgique et des Pays-Bas depuis 1945. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui*. Paris: FIUC: 85-126.

- MARGUERAT, Daniel (2010). "Pour une Spiritualité de l'Argent". *Lumière & Vie*, nº 286, avril-juin: 35-43.
- MAROY, C. *et al* (1996). "La Foi et le Métier: Transactions Symboliques dans les Institutions Chrétiennes". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, nº 100: 91-124.
- MARTELO, Rosa Maria (2013). "Questões de Vocabulário". *Cão Celeste*, nº 4: 5-13.
- MARTINS, Hermínio (2012). "Empresas, Mercados, Tecnologia – uma Perspectiva Biográfica". *Nada*, nº 16, Abril: 16-39.
- MARTINS, Moisés de Lemos (2013). "Os Dominicanos e o Ensino da Teologia em Portugal". In AAVV, *A restauração da província dominicana em Portugal : memória e desafios*. Coimbra: Tenacitas (acessível em <http://hdl.handle.net/1822/23809>)
- MASSEY, Doreen (2013). "Vocabularies of the Economy" (disponível em: <http://www.lwbooks.co.uk/journals/soundings/pdfs/Vocabularies%20of%20the%20economy.pdf>) (consultado em 23. Fevereiro. 2014).
- MENDES, Américo (2001). "Economia, Globalização e Conceito Cristão de Justiça". *Humanística e Teologia*, nº 22, Fasc. 2, Maio/Agosto: 235-248.
- MOREIRA, António Montes (dir.) (2001). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, S/L, Círculo de Leitores.
- MOURA, M. L. B. (2007, 3). "A I República e a Igreja Católica – A impossibilidade de um compromisso". *Noroeste. Revista de História*: 169-185.
- NOVAK, M. (2001). *A Ética Católica e o Espírito do Capitalismo*. Cascais: Principia.
- PUEL, Hugues (2009). "La Vision de l'Économie dans l'Enseignement social chrétien". In Paul H. Dembinsky (Dir.). *Pratiques Financières, Regards Chrétiens*. Paris: Desclée de Brouwer: 185-194.
- PUEL, H. (2010). "Responsabiliser la Finance". *Lumière & Vie*, nº 286, avril-juin: 69-81.
- RODRIGUES, Lúcia Lima (2012). "Responsabilidade Social e Desempenho Organizacional: uma Abordagem Holística aos Conflitos Entre Stakeholders". In Ivo Domingues e Paula Remoaldo (org.), *Responsabilidade Social Organizacional – desenvolvimento e sustentabilidade*. V. N. Famalicão. Húmus: 41-64.
- ROLEAU, J.-P. (1984). Mouvements et Ordres Religieux Aujourd'hui. In J.-P. Roleau & J. Zylberberg (Dir.), *Les Mouvements Religieux Aujourd'hui – théories et pratiques* (pp. 175-205), Montréal: Les Éditions Bellarmin.
- RORDORF, Bernard (2010). "Jacques Ellul: Déshonorer l'Argent". *Lumière & Vie*, nº 286, avril-juin: 51-61.
- SANDEL, Michael J. (2011). *Justiça – Fazemos o que Devemos?*, Queluz de Baixo: Presença.
- SEN, Amartya (2012). *Sobre Ética e Economia*. Coimbra: Almedina.
- SILVANO, Filomena (1997). *Territórios da Identidade*, Oeiras: Celta.
- SINGER, Peter (2006). *Como Havemos de Viver? A Ética numa Época de Individualismo*. Lisboa: Dinalivro.

- STILWELL, Peter (coord.) (1993), *Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja; documentos de 1891 a 1991*, Lisboa: Rei dos Livros.
- TARRÉ, Tiago T. A. (2010). “Finanças e Ética – Uma Aplicação aos Fundos de Investimento”. *Revista da Banca*, nº 69, Janeiro/Junho: 5-52.
- TEIXEIRA, Alfredo (coord.) (2011). *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas – 2011*. S/l: Universidade Católica Portuguesa (disponível em http://www.agencia.ecclesia.pt/dlds/bo/Inquirito2011_Resumo.pdf (acesso em 31. 10. 2013)).
- TEIXEIRA, F. B. T. & AUDY, J. L. N. (2006). *Universidade Católica: Entre a Tradição e a Renovação*. Paris: FIUC.
- ZILLES, U. (Pe) (2007). “A Globalização e a Universidade Católica”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, nº 266, Abril: 305-317.

DOCUMENTOS ECLESIASTICOS¹:

V. COMPENDIUM

- Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*
- Constituição Apostólica *Gravissimum Educationis*
- Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*
- Encíclica *Caritas in Veritate*
- Encíclica *Centesimus Annus*
- Encíclica *Populorum Progressio*
- Encíclica *Quadragesimo Anno*
- Encíclica *Rerum Novarum*
- Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*
- Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*
- Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia*

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS UNIVERSITÁRIOS CONSULTADOS

As datas referidas abaixo são as das últimas consultas.

- UCP Lisboa (salvo indicação em contrário, entre 13 e 15. Maio.2012):
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=8&lang=1>

¹ Alguns estão incluídos em compêndios referidos na Bibliografia; outros fazem parte de edições diversas e estão facilmente disponíveis na Internet.

- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=70&lang=1> (17. Outubro. 2011))
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=62&lang=1>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=53&lang=1>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=70&lang=1>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=108&lang=1>
- <http://www.thelisbonmba.com/the-lisbon-mba-international/academics/mit-immersion> (17. Outubro. 2011))
- <http://www.thelisbonmba.com/the-lisbon-mba-international/academics/curriculum>
- <http://www.thelisbonmba.com/the-lisbon-mba-part-time/academics/curriculum>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=256&lang=1>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PGER/PGER.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/GESVIS/GESVIS.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/LeadingPharma/LeadingPharma.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAEGEA/PAEGEA.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGETTI/PAGETTI.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGECO/PAGECO.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGEB/PAGEB.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/YMLP/YMLP.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGS/PAGS.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGEF/PAGEF.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGE/PAGE.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/GOAR/GOAR.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAEGI/PAEGI.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAGAP/PAGAP.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PGG/PGG.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PAME/PAME.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/PGV/PGV.pdf>
- <http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/FEXECUTIVOS/LUXO/MarketingLu1.pdf>

<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/LIDERAR/SaberLiderar.pdf>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/3PILARES/Os3Pilares.pdf>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/resources/documents/FEXECUTIVOS/NEGOCIACAO/Negociacao.pdf>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=140&lang=1>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=294&lang=1>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=388&lang=1>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=389&lang=1>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=623&lang=1>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplgeneric.asp?sspageID=607&lang=1>
<http://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/fceetplchancyv2.asp?sspageID=534&lang=1>

UCP Beiras (20. Outubro. 2011):

<http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?sspageID=1284&lang=1>
<http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1262&lang=1&artigoID=1502>
<http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1265&lang=1&artigoID=1513>

UCP Porto (salvo indicação em contrário, entre 16 e 18. Maio. 2012):

<http://www.feg.porto.ucp.pt/pt/licenciaturas/licenciaturas-plano-de-estudos>
<http://www.feg.porto.ucp.pt/pt/mestrados/programas-pt>
<http://www.feg.porto.ucp.pt/pt/formacao-executiva>
<http://www.catolicabs.porto.ucp.pt/cursos/formacao-avancada/porto>
<http://www.porto.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?sspageID=910&lang=1>
http://www.porto.ucp.pt/feg/Disciplinas_1_Ciclo/EticaeFilosofiaSocial.htm (28. Março. 2012).
Os “Executive Masters Sectoriais” (21. Maio. 2012) remetem para um endereço tipificado. Por exemplo, o de Gestão e Avaliação no imobiliária, para:
<http://www.catolicabs.porto.ucp.pt/cursos/executive-masters/gestao-avaliacao-imobiliario/>
e o de “Gestão para Juristas” para:
<http://www.catolicabs.porto.ucp.pt/cursos/executive-masters/gestao-juristas/>.
Os de “Formação Executiva não Sectoriais (21. Maio. 2012) remetem para endereço tipo. P.exº, o de “Finanças” para:
<http://www.catolicabs.porto.ucp.pt/cursos/executive-masters/financas/>

ISCTE (21. 12. 2011):

https://fenix.iscte.pt/publico/degreeSite/showDegreeCurricularPlanBolonha.faces?degreeID=1°reeCurricularPlanID=14292&executionPeriodOID=1458&organizeBy=groups&showRules=false&hideCourses=false&contentContextPath_PATH=/cursos/le/plano-curricular&_request_checksum_=977918784c753ac9876b56780f182b937b549ac7&isjavascripthenabled=isjavascripthenabled

<http://ibs.iscte.pt/Cursos/licenciaturas/Licenciatura-Economia#slider-605-content-605>

<https://fenix.iscte.pt/disciplinas/grh-5/2010-2011/2-semester/programa>

<http://ibs.iscte.pt/?pt=Licenciatura-Gestao#slider-26-content-26>

<http://indeg.iscte.pt/uploads/files/Programas%20Cadeiras%20EMBA%20201113.pdf>

<http://indeg.iscte.pt/uploads/files/Programas%20Cadeiras%20EMBA%20201113.pdf>

<http://ibs.iscte.pt/?pt=mestrado-gestao#slider-379-content-379>

<http://ibs.iscte.pt/en/?pt=course-information-master-science-economics>

<http://mess.de.iscte.pt/>

<http://ibs.iscte.pt/en/?pt=phd-economics#slider-288-content-288>

<http://ibs.iscte.pt/en/?pt=phd-finance#slider-569-content-569>

<http://ibs.iscte.pt/?pt=doutoramento-gestao-geral-estrategia-desenvolvimento-empresarial#slider-654-content-654>

<http://ibs.iscte.pt/?pt=doutoramento-gestao-desenvolvimento-recursos-humanos#slider-669-content-669>

ISEG (28. 05. 2012):

https://aquila2.iseg.utl.pt/aquila/publico/degreeSite/viewCurricularCourse.faces?degreeID=65°reeCurricularPlanID=65&executionYearID=1187&curricularCourseID=540&organizeBy=groups&showRules=false&hideCourses=false&action=null&contentContextPath_PATH=/cursos/eco/plano-curricular&_request_checksum_=c81a1de09da7588d3fad93647f4fa1afbafec8

https://aquila2.iseg.utl.pt/aquila/publico/degreeSite/showDegreeCurricularPlanBolonha.faces?degreeID=66°reeCurricularPlanID=66&executionPeriodOID=1193&organizeBy=groups&showRules=false&hideCourses=false&contentContextPath_PATH=/cursos/ges/plano-curricular&_request_checksum_=6eeacfd3c89f6709d095c4a898e941a1ccd536b8

<https://aquila.iseg.utl.pt/aquila/instituicao/ISEG/topo/candidato/formacao-de-executivos>

Universidade de Coimbra (24.Outubro. 2011):

http://www.uc.pt/feuc/licenciaturas/documentos/Plano_Estudos_LECO.pdf

http://www.uc.pt/feuc/licenciaturas/documentos/Plano_Estudos_LG.pdf

<http://www.uc.pt/feuc/diplomas/DEA>

<http://pge.fe.uc.pt/pt/pos-graduacao/estrutura.htm>

http://www.debe.fe.uc.pt/est_curricular.htm
<http://www.uc.pt/org/ceisuc/Formacao/EGOS/>
<http://www.uc.pt/feuc/diplomas/PGEconomiaSocial/>
<http://www.uc.pt/efs/about/specialization/>
<http://www.uc.pt/feuc/diplomas/Documentos/MBA-Executivos-PEst11-12>
http://www.uc.pt/feuc/diplomas/Documentos/MBA-MarketPEst_11
<http://www.uc.pt/feuc/mestrados/Documentos/M-ECOPEst11revrev>
<http://www.uc.pt/feuc/mestrados/Documentos/M-GESPEst11v4>
<http://www.uc.pt/feuc/eea/Documentos/D-ECO-PlanoEst-v2>
<http://www.uc.pt/feuc/eea/Documentos/D-GestEmp-11-12>

Universidade do Minho (30. Dezembro. 2011)

<http://www.uminho.pt/estudar/oferta-educativa/cursos/licenciaturas-e-mestrados-integrados>
<http://www.uminho.pt/estudar/oferta-educativa/cursos/licenciaturas-e-mestrados-integrados>
<http://www.uminho.pt/estudar/oferta-educativa/cursos/mestrados>
<http://www.uminho.pt/estudar/oferta-educativa/cursos/mestrados>

Universidade Nova de Lisboa (excepto se indicado em contrário, em 06. 01. 2012)

http://www.novasbe.unl.pt/php/templates/articles_list.php?id=71
http://www.novasbe.unl.pt/php/templates/article_simple.php?id=18
http://www.novasbe.unl.pt/php/templates/article_simple.php?id=15
http://www.novasbe.unl.pt/php/templates/articles_list.php?id=31
<http://www.thelisbonmba.com/> (10. 01. 2012)
http://www.novasbe.unl.pt/php/templates/article_simple.php?id=504
http://www.novasbe.unl.pt/php/templates/article_simple.php?id=514
http://www.novaforum.pt/backoffice/files/file_104_1_1317673338.pdf
http://www.novaforum.pt/backoffice/files/file_106_1_1317672677.pdf
http://www.novaforum.pt/backoffice/files/file_131_1_1317672909.pdf
http://www.novaforum.pt/backoffice/files/file_108_1_1317672875.pdf
http://www.novaforum.pt/backoffice/files/file_125_1_1317909413.pdf

<http://www.novaforum.pt/programas/corporate-learning-programs/43>

http://www.novaforum.pt/backoffice/files/file_130_1_1317909346.pdf

Universidade do Porto : v. Anexo.

PUC Chile (06. Julho. 2012):

<http://comercialenlauc.cl/malla/>

http://www.economia.puc.cl/images/stories/Instituto/Progs_Academicos/Formularios/cursos_magister_economia.pdf

<http://www.economia.puc.cl/descripcion-del-programa-magister>

<http://www.economia.puc.cl/descripcion-del-programa-magister-macroeconomia>

<http://mba.uc.cl/>

PUC Peru:

http://facultad.pucp.edu.pe/administracion-contabilidad/files/2012/03/Malla-curricular_Contabilidad-2010-web-130212.pdf (05. Julho. 2012)

http://www.pucp.edu.pe/content/pop_busqueda.php?q=mba&cx=013989897972511377973;yolthxko4s8&cof=FORID:11 (06. Julho. 2012)

PUC Rio Grande do Sul (28. Dezembro. 2011):

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceuni/faceuniCapa/faceuniGraduacao/faceuniGraduacaoAdministracao>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceuni/faceuniCapa/faceuniGraduacao/faceuniGraduacaoAdministracao/faceuniGraduacaoAdministracaoAdm/faceuniGraduacaoAdministracaoAdmDisciplinas>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceuni/faceuniCapa/faceuniGraduacao/faceuniGraduacaoAdministracao/faceuniGraduacaoAdministracaoComercio/faceuniGraduacaoAdministracaoComercioDisciplinas>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceuni/faceuniCapa/faceuniGraduacao/faceuniGraduacaoEconomia>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceuni/faceuniCapa/faceuniGraduacao/faceuniGraduacaoEconomia/faceuniGraduacaoEconomiaDisciplinas>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceppg/ppgad/ppgadDisciplinas>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceppg/ppge/ppgeDisciplinas>

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faceuni/faceuniCapa/faceuniGraduacao/faceuniGraduacaoContabeisControladoria/faceuniGraduacaoContabeisControladoriaDisciplinas>

PUC Rio de Janeiro (06. Julho. 2012)

http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/economia.html#periodo_1

http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/administracao.html#periodo_1

<http://www.iag.puc-rio.br/cursos/mba>

U.C. Louvain (11. Novembro. 2011)

<http://www.uclouvain.be/337519.html>

<http://www.uclouvain.be/337493.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-ltcecon2m.html>

http://www.uclouvain.be/prog-2011-lecon2ms_g.html

http://www.uclouvain.be/prog-2011-lecon2md_ucl.html

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-ltcetri2m.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-ltcopies2m.html>

http://www.uclouvain.be/prog-2011-loptopes2m_ac.html

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-ltcgrh2m.html>

http://www.uclouvain.be/prog-2011-lgrh2ms_g.html

http://www.uclouvain.be/prog-2011-loptgrh2m_oe.html

http://www.uclouvain.be/prog-2011-loptgrh2m_rh.html

<http://www.uclouvain.be/337582.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-letes9ce.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-ltciagd2m1.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-lgest2m.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-ltcgest2m.html>

<http://www.uclouvain.be/prog-2011-linge2m.html#structure>

U. Leuven (flamenga) (05. Maio. 2012):

<http://www.kuleuven.be/toekomstigestudenten/studieaanbod/english/masters/economics.html>

http://www.kuleuven.be/toekomstigestudenten/publicaties/ETEW/Business_Economics.pdf

Catholic University of America (01. Maio. 2012):

<http://economics.cua.edu/undergrad/majorcurriculum.cfm>

<http://economics.cua.edu/undergrad/minorprograms.cfm>

<http://msa.cua.edu/coursedescription.cfm>

Notre Dame (01. Maio. 2012):

http://business.nd.edu/uploadedFiles/Current_Students/Undergraduate_Students/Documens_and_PDFs/MCOB%20Overview%20of%20Requirements%20-%20Class%20of%202013-2014.pdf

http://business.nd.edu/uploadedFiles/Programs/pdfs/ND_EMBA_Curriculum_Map.pdf

http://business.nd.edu/Current_Students/Undergraduate_Students/Academics/Degree_Major_Requirements_at_a_Glance/Finance/

<http://economics.nd.edu/undergraduate-program/courses/> (acesso em 06. Maio. 2012)

South Methodist University (salvo indicação em contrário, em 26. Março. 2012):

<http://www.cox.smu.edu/web/undergraduate/finance>

<http://www.cox.smu.edu/web/msm/course-work>

<http://www.cox.smu.edu/web/full-time-mba/year-2>

<http://www.cox.smu.edu/web/full-time-mba/concentrations1>

<http://www.cox.smu.edu/web/full-time-mba/finance>

<http://www.cox.smu.edu/web/guest/home;jsessionid=A06E5031DA07BAAEC4C68AD8A32F8ABB>
(06. Julho. 2012).

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo (28. Março. 2012):

<http://www.mackenzie.br/portal/principal.php>

http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Economia/Eco_1_2009.pdf

<http://www.mackenzie.br/15526.html>

http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Nova_Grade_Contabeis/Etica_e_Cidadania_I.pdf

http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Nova_Grade_Contabeis/Etica_e_Cidadania_II.pdf

http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Nova_Grade_Contabeis/Etica_Profissional_para_Contadores.pdf

http://www.mackenzie.br/mestrado_ppga.html

Universidade Metodista de Piracicaba (13. Abril. 2014):

<http://www.unimep.br/>

http://www.unimep.br/gdc_cursos_conteudo.php?cod=41&ct=2600

http://www.unimep.br/gdc_cursos_conteudo.php?cod=29&ct=514

http://www.unimep.br/gdc_cursos_conteudo.php?cod=146&ct=1047

Anexo

Por causa de uma avaria informática, perdi o documento das universidades estrangeiras relativa aos MBAs, mas fiquei com apontamentos que tinha manuscrito nas datas das consultas aos *sites* pertinentes. Não querendo limitar-me aos cursos portugueses, e como os MBAs têm um peso incontornável no prestígio das escolas de negócios (e nos *rankings* da especialidade), decidi usar aquelas notas ao regressar à informação electrónica, a fim de controlar danos. Mesmo assim, faltava-me informação. Por exemplo, nada tinha anotado sobre a U.P.Mackenzie; no retorno à fonte electrónica, constatei a oferta de MBAs mas com a menção no texto da apresentação de “Pela primeira vez...”, o que me deu a convicção considerável de que, na altura da primeira consulta, não havia, de facto, oferta de MBAs na universidade em questão. Inversamente, sobre a PUC/Peru, eu tinha escrito nos apontamentos “v. plano de estudos”, facto que me levou a deduzir que na parte apagada estaria incluída informação sobre MBAs desta universidade; a leitura da sua apresentação, aliás, refere-os como gozando de “reconocido prestígio”.

Perdi também uma pasta com os endereços da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade do Porto a que recorri. De qualquer maneira, foram alcançados a partir do *site* da Universidade, com principal data de consulta de 09 de Novembro de 2011; em 07.06.2012 fiz nova consulta.